



PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL CONSOLIDADO

CEREALISTA ROSALITO LTDA – Em recuperação Judicial
(“Recuperanda” ou “Rosalito”)

Processo de Recuperação Judicial nº 1000101-23.2021.8.26.0539, em
trâmite perante a 3ª Vara Cível Da Comarca De Santa Cruz Do Rio
Pardo/SP.

Abril de 2021.

A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Art. 47, da Lei n.º 11.101/2005



ÍNDICE

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO.....	4
1.2. DEFINIÇÕES	4
1.3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
1.4. SOBRE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL	7
1.5. SOBRE O GRUPO ROSALITO	8
1.5.1. APRESENTAÇÃO	8
1.5.2. BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA E DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	8
1.5.3. MERCADO DE ATUAÇÃO.....	10
1.6. CAUSAS DA CRISE	10
2. DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	13
2.1. OBJETIVOS	13
2.2. COMITÊ DE GESTÃO DE CRISE	14
2.3. MEIOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	15
2.4. VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA	20
2.5. ALIENAÇÃO DE ATIVOS E DE UNIDADES PRODUTIVAS ISOLADAS	21
2.6. CLASSIFICAÇÃO DOS CREDORES	22
3. PROJEÇÕES DE FLUXO DE CAIXA E FORMAS	23
3.2. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES	23
3.2.1. CLASSE I - TRABALHISTAS.....	23
3.2.2. CLASSE II - GARANTIA REAL.....	25
3.2.3. CLASSE III – QUIROGRAFÁRIOS	26
3.2.4. CLASE IV – ME/EPP	27
4. DOS EFEITOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	28
4.1.1. OBTENÇÃO DE RECURSOS	28
4.1.2. AMORTIZAÇÃO DOS CREDORES.....	28
4.2. DISPOSIÇÕES GERAIS	28
4.2.1. EFEITOS DA APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL..	30
4.2.2. AÇÕES JUDICIAIS	30
4.2.3. MODIFICAÇÕES AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	31
4.2.4. NOVAÇÃO DOS CRÉDITOS	31
4.2.5. COMPENSAÇÃO	31
4.2.6. PROTESTOS	32
4.2.7. DESCUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	32
4.2.8. ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	32
4.2.9. COMUNICAÇÃO.....	33
4.2.10. MODIFICAÇÃO DE CRÉDITOS: HABILITAÇÕES E IMPUGNAÇÕES...	33
4.2.11. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS	34
4.2.12. GARANTIAS PESSOAIS	34
4.2.13. FALÊNCIA E EXECUÇÃO ESPECÍFICA.....	34
4.2.14. QUITAÇÃO.....	35
4.2.15. FORO DE ELEIÇÃO	35

1. INTRODUÇÃO

1.1. Regras de Interpretação: Com objetivo de equiparar o entendimento de todos os envolvidos, os termos e expressões abaixo listados, sempre que utilizados neste Plano de Recuperação, terão os significados que lhe são atribuídos neste Capítulo. As definições serão aplicáveis no singular e no plural, no masculino ou no feminino, sem alteração de significado. Exceto se especificado de modo diverso, todas as cláusulas e anexos mencionados neste Plano referem-se a cláusulas e anexos do próprio Plano. Os títulos dos capítulos e das cláusulas deste Plano foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar o conteúdo de suas previsões. Este Plano deve ser interpretado, na sua aplicação, de acordo com o art. 47 e seguintes da LRF.

1.2. Definições: Os termos utilizados neste Plano tem os seguintes significados:

Administrador Judicial: EXCELIA CONSULTORIA E NEGÓCIOS LTDA., representada por Maria Isabel Vergueiro de Almeida Fontana, OAB/SP 285.743.

AGC: significa a Assembleia Geral de Credores nos termos do Capítulo II, Seção IV, da LRF.

Banco de Primeira Linha: são as dez instituições financeiras mais bem colocadas no "Ranking Fechamento", disponibilizado periodicamente pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capital - ANBIMA, referente a fusões e aquisição, sob o critério de valor envolvido nas operações.

Créditos: todos os Créditos Trabalhistas, Créditos com Garantia Real, Créditos Quirografários, Créditos Estratégicos, e Créditos ME e EPP.

Créditos com Garantia Real: são os Créditos detidos pelos Credores com Garantia Real.

Créditos ME e EPP: são os Créditos detidos pelos Credores ME e EPP.

Créditos Quirografários: são os Créditos detidos pelos Credores Quirografários.

Créditos Trabalhistas: são os Créditos detidos pelos Credores Trabalhistas.

Credores: pessoas, naturais ou jurídicas, que se encontram na Lista de Credores, com as alterações decorrentes de acordos celebrados entre as partes ou de decisões judiciais, e que se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial.

Credores Trabalhistas: são os Credores detentores de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, nos termos do art. 41, I, da LRF, incluindo-se aqueles créditos decorrentes da comunicação da dispensa do contrato de trabalho anteriormente à Data do Pedido, independentemente da forma do cumprimento do aviso prévio.

Credores com Garantia Real: são os Credores detentores de créditos assegurados por direitos reais de garantia elencados no artigo 1.225 do Código Civil, conforme alterado, outorgado pela Recuperanda, até o limite do valor do respectivo bem, nos termos do artigo 41, inciso II, da LRF.

Credores Quirografários: são os Credores detentores de créditos quirografários, com privilégio geral, especialmente privilegiados e subordinados, nos termos do art. 41, III, da LRF.

Credores ME e EPP: são os Credores que operam sob a forma de microempresa ou empresa de pequeno porte, por se enquadrarem na definição prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 41, IV, da LRF.

Data do Pedido: a data em que o pedido de Recuperação Judicial foi ajuizado pela Recuperanda, ou seja, 21/01/2021.

Dia Útil: qualquer dia que não seja sábado, domingo ou qualquer outro dia em que as instituições bancárias no Estado de São Paulo não funcionem ou estejam autorizadas a não funcionar.

Homologação do Plano: data da publicação no Diário da Justiça Eletrônico da decisão judicial de 1ª instância que homologue o Plano nos termos do art. 45 ou 58, caput e §1º, da LRF, conforme o caso.

Juízo da Recuperação: Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Santa Cruz do Rio Pardo/SP.

Lista de Credores: a lista que será apresentada pela Administradora Judicial, nos termos do artigo 7º, §2º da LRF nos autos da Recuperação Judicial, conforme alterada pelas decisões acerca das respectivas impugnações de créditos.

LRF: Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

Partes Relacionadas: pessoas físicas ou jurídicas que sejam, a partir da Data do Pedido, inclusive, direta ou indiretamente, individual ou conjuntamente, Controladoras, Controladas sob Controle comum ou sob Controle compartilhado da Recuperanda, bem como os seus cônjuges ou parentes, consanguíneos ou afins, colaterais até o 3º (terceiro) grau, ascendente ou descendente.

Plano: este plano de recuperação judicial da Recuperanda, na forma como é apresentado e, conforme o caso, na forma em que passe pela Homologação do Plano.

Unidade Produtiva Isolada ou **UPI:** significa a filial ou unidade produtiva isolada, assim caracterizada nos termos do art. 60 da LRF

Recuperação Judicial: significa o processo de recuperação judicial nº 1000101-23.2021.8.26.0539, ajuizado pela Recuperanda, em curso perante o Juízo da Recuperação.

Recuperanda ou Rosalito: Cerealista Rosalito LTDA – Em recuperação Judicial.

1.3. SUMÁRIO EXECUTIVO

O objetivo do presente documento é apresentar a história da Recuperanda, sua trajetória, as decisões corporativas que foram tomadas no passado, o presente momento da empresa, do mercado de atuação e da economia local, bem como a visão e estratégia para o futuro.

1.4. SOBRE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O objetivo principal da Recuperação Judicial é – privilegiando o cumprimento de sua função social – viabilizar a superação da crise econômico-financeira da Rosalito. Pretende-se, nas formas da Lei, conciliar a manutenção e continuidade das atividades empresariais com o pagamento aos seus Credores.

Assim, este Plano representa, na visão da Recuperanda, uma alternativa viável para o pagamento sustentável e ordenado de suas obrigações, permitindo a manutenção da fonte produtora, dos empregos, dos interesses dos credores e promovendo sua preservação, e o estímulo à atividade econômica, em linha com o princípio maior adotado pela LRF.

Para tanto, a Rosalito apresenta este Plano, que atende aos requisitos do art. 53 da LRF, uma vez que: (i) pormenorizará os meios de recuperação; (ii) será

acompanhado do Laudo Econômico-Financeiro da empresa e do Laudo de Avaliação de Bens e Ativos e; (iii) conterà proposta clara e específica para pagamento dos credores sujeitos à Recuperação Judicial.

1.5. SOBRE O GRUPO ROSALITO

1.5.1. APRESENTAÇÃO

A Rosalito, desde 1984, tem como atividade o beneficiamento e empacotamento de grãos e cereais, tais como arroz e feijão, atuando apenas no estado de SP com uma marca regional.

1.5.2. BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA E DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Fundada pela família PEGORER, tradicionalmente reconhecida pela experiência no plantio e comercialização de cereais, a Rosalito iniciou suas atividades de beneficiamento e empacotamento de arroz em Santa Cruz do Rio Pardo - SP em 1984.

Conscientes da necessidade de conquista de novos mercados, sempre primaram pela qualidade e excelência de seus produtos, tendo como metas o aperfeiçoamento e o crescimento da indústria, com foco no comércio de grãos e cereais (principalmente arroz e feijão) para o atacado e varejo, o que tornou da Rosalito uma referência na sua área de atuação.

Enfatizando sempre seus objetivos, no ano de 1997 ampliaram seu parque industrial, importando equipamentos de alta tecnologia, o que representou uma verdadeira inovação no beneficiamento de arroz no Brasil.

Em 2007, em razão de grandes investimentos em logística, da reformulação das embalagens e o lançamento de produtos *Premium*, verificou-se um aumento na participação da empresa nos concorridos mercados de arroz e feijão.

No ano de 2015, visando maximizar as operações com o beneficiamento, empacotamento e comercialização de arroz e feijão, bem como promover uma melhor organização das atividades, foi constituída a empresa "2J2P" e cujo objetivo principal é o de administrar, gerir e locar móveis e imóveis próprios, atividade que é especialmente direcionada ao atendimento da Rosalito, atuando como grupo e visando potencializar os resultados por elas almejados.

A atividade exercida pela "2J2P" depende exclusivamente da atividade exercida pela Rosalito, sua única "cliente" e fonte de renda. Além da dependência econômica e comunhão de sócios, motivo pelo qual o processamento da recuperação judicial foi inicialmente apresentado de forma conjunta conforme abaixo será explanado.

Considerando a concentração comercial nas regiões do interior de SP, grande São Paulo e Capital, a Rosalito representou no ano 2016 algo em torno de 25% do mercado de arroz e feijão no interior de São Paulo (fonte: SAVarejo) com faturamento aproximado de R\$ 300 milhões e no ano 2019 representou a 5ª posição no *ranking* de beneficiadoras de arroz do Estado de São Paulo.

Em setembro de 2019, foi estabelecida uma filial da empresa Rosalito na comarca de Uruguaiana - RS.

No entanto, em que pese os expressivos números alcançados pela Rosalito, o seu desenvolvimento econômico e de ter se tornado uma grande referência no mercado, atualmente vive um momento de crise econômico-financeira, que demanda a reestruturação prevista em lei, para que se alcance a preservação da empresa, geração de empregos e impostos e quitação de seus credores.

Neste sentido, fora requerida a Recuperação Judicial do Grupo Rosalito em consolidação processual onde se almeja, ainda, a consolidação substancial do beneplácito legal.

Todavia, por força de decisão monocrática proferida pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Relator Sergio Shimura da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, nos autos do recurso de Agravo de Instrumento nº. 055901-84.2021.8.26.0000, interposto pela Cooperativa de Crédito Livre Admissão do Norte do Paraná e Sul de São Paulo SICRED Norte Sul PR/SP, ocorreu a suspensão dos efeitos do processamento da recuperação judicial em relação a 2J2P Administradora de Bens Próprios e Participações LTDA ("2J2P").

Portanto, em atenção a decisão mencionada – que suspendeu os efeitos do processamento da recuperação judicial a 2J2P – este Plano de Recuperação Judicial tratará apenas e tão somente da recuperação judicial da Rosalito, para todos os fins e efeitos de direito.

1.5.3. MERCADO DE ATUAÇÃO

A Rosalito atua apenas no estado de São Paulo com uma marca regional. Os grandes *players* além de possuírem marcas regionais e nacionais tem diferenciação na estratégia de preço das marcas para cada tipo de consumidor.

1.6. CAUSAS DA CRISE

Muito embora o histórico da Rosalito demonstre um crescimento considerável desde a sua constituição, até a consolidação da sua marca, com constantes investimentos e reversão de lucros para o desenvolvimento da empresa, é certo que atualmente a empresa e o Grupo atravessam uma crise econômica

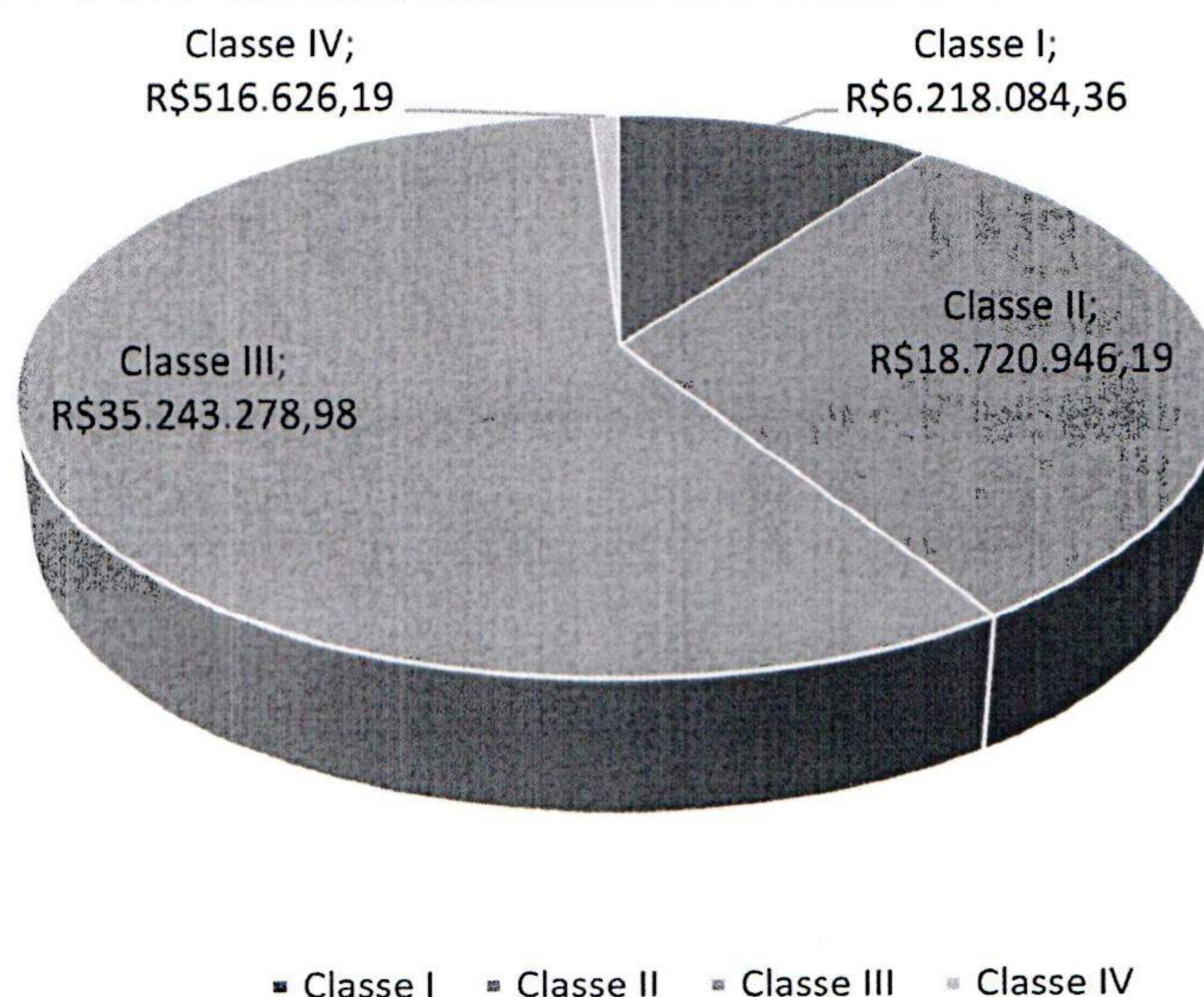
sem precedente em sua história, resultante de fatores que se acumularam nos últimos anos, reflexo de operações societárias de compra e venda de ações, decorrente da saída de sócios da sociedade entre os anos de 2011 e 2015, quando houve considerável afetação de capital de giro e de ativos da sociedade. Foram circunstâncias de imposição para a solução de conflitos, cujos resultados foram prejudiciais, como se vê.

Assim, a partir de 2016, a empresa precisou tomar capital de terceiros (em geral, bancos), pela insuficiência de seu capital de giro. Tal fato afetou diretamente a estratégia anteriormente adotada, de aquisição de grãos diretamente de produtores e na época da safra anual preservando suas margens. Essa mudança de estratégia operacional, levou o Grupo a buscar a aquisição da matéria prima através de intermediários (beneficiadores – não mais dos produtores), o que implicou em drástica redução da margem de lucro da companhia quando da comercialização dos produtos.

Entre os anos 2017 à 2019, para fazer frente às suas obrigações ordinárias, o Grupo Rasalito se viu obrigado a ceder às taxas elevadas de operações de empréstimo junto a instituições financeiras, para manter suas atividades, além de ser forçada a prestar garantias reais e fidejussória, mesmo diante das altas taxas de juros. Sem dúvida, a conjugação desses fatores agravou ainda mais a situação econômica do grupo.

O reflexo foi um grave desequilíbrio em seu fluxo de caixa, o que obrigou o grupo a reduzir a sua gama de atuação no mercado, restringindo a operação comercial às grandes redes do atacado e varejo. Em que pese a redução da operação, os custos administrativos e logísticos não foram readequados à nova realidade do grupo, o que gerou o colapso nas finanças do grupo durante o 2º semestre de 2020, de forma que o passivo atual da companhia alcança o montante de R\$ 60.698.953,72, divididos da seguinte forma:

Classe I	R\$ 6.218.084,36
Trabalhistas	R\$ 6.218.084,36
Classe II	R\$ 18.720.946,19
Banco do Brasil	R\$ 18.720.946,19
Classe III	R\$ 35.243.278,98
Quirografários	R\$ 15.339.442,58
Quirografários Bancos	R\$ 19.903.836,40
Classe IV	R\$ 516.626,19
Me e EPP	R\$ 516.626,19
Total Geral	R\$ 60.698.935,72



Considerando que as empresas trabalham em conjunto, como se fossem um único bloco econômico, e embora a empresa "2J2P" tenha objeto social distinto, a sua atividade foi diretamente e inegavelmente impactada pela crise econômica da "Rosalito", que, por consequência, está impossibilitada de honrar com os seus compromissos, inclusive aqueles relativos às garantias prestadas em operações contratadas pela "Rosalito". Necessita, portanto, do remédio legal para a retomada plena de suas atividades e para a liquidação do passivo retratado.

Inobstante a existência da situação crítica, a crise que permeia a Rosalito é plenamente passível de recuperação, existindo razoabilidade econômica e jurídica para seu soerguimento e permanência na cena econômica nacional.

[Handwritten signature]

Aliás, mais do que tecnicamente recuperável, a continuidade da empresa é medida que interessa a grande coletividade de credores, empregados e demais *stakeholders*, cumprindo todos os objetivos preconizados no artigo 47, da Lei nº 11.1010/2005.

Assim, muito embora acesse grave situação de crise econômico-financeira, mostra-se totalmente capaz de reverter o referido quadro adverso, recuperando totalmente sua hígidez financeira e operacional, a permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, a teor do quanto disposto no artigo 47 da Lei nº 11.101/2005.

2. DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

2.1. OBJETIVOS

A Rosalito possui ativos industriais, conhecimento organizacional e acervo técnico suficientes para transpor a crise. A mudança de perspectivas do País nos próximos cinco anos é inexorável. Ao voltar a crescer, os mercados que a empresa desbravou nas últimas décadas voltarão a crescer e o endividamento se transforma em algo pequeno frente ao que a empresa tem capacidade.

Este Plano envolve a solução para o momento que a Rosalito atravessa e um alento de recuperação, que levará a solução para todos os envolvidos: empresa, sociedade, fornecedores e clientes. É o voto de confiança que a Rosalito, neste momento, necessita para seu almejado soerguimento.

Ademais, antes mesmo do deferimento do processamento da presente recuperação judicial, as estratégias de neutralização do momento financeiro

da Rosalito passaram a ser implementadas. Todas as despesas, incluindo, mas não se limitando as administrativas, comerciais e de recursos humanos foram revistas.

Assim, como solução mais eficiente para equalização e liquidação do passivo da Rosalito, o presente Plano prevê o pagamento dos seus Credores (a) na forma do parcelamento e deságio previsto neste Plano; e (b) mediante a utilização de recursos provenientes da (i) alienação judicial de UPI's nos termos dos artigos 60 e 142 da LRF;

2.2. COMITÊ DE GESTÃO DE CRISE

A fim de impulsionar e organizar o trabalho de recuperação das empresas, foi criado um Comitê Consultivo de Gestão de Crise, formado pelas diretorias das empresas, advogados, consultores e auditores externos e independentes, cujo objetivo é controlar a crise e replanejar a atividade empresarial de forma global. Os administradores das empresas estão amplamente engajados com a causa que visa, em linhas gerais, garantir a sobrevivência da Rosalito, com a conseqüente retomada da rentabilidade e pagamento dos credores.

Uma verdadeira força-tarefa foi implementada visando a busca de soluções para a retomada da geração de caixa e melhoria operacional. Todos os setores da empresa estão sendo revistos, partindo da premissa que todos devem ser reinventados e realinhados a uma nova estratégia.

Para melhorar a capacidade de geração de valor para as empresas, as soluções estão focadas em políticas de corte de custos, aumento da eficiência operacional e ainda ampliação comercial, através do replanejamento e posicionamento de preços e estruturas de logística e vendas.

O Comitê Gestor da Crise já iniciou suas ações emergenciais para modificação do cenário atual das empresas, controlando a crise, planejando sua reestruturação efetiva. Visando atingir estes objetivos, algumas ações vêm

sendo tomadas pelo Comitê Gestor da Crise, as quais compõem os meios de recuperação.

2.3. MEIOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nessa sessão serão indicados quais são os métodos e estratégias adotados pela Rosalito para neutralizar o seu *stress* financeiro, bem como para buscar resultados operacionais positivos, que lhes permitam superar a crise, mantendo todas benesses e contribuições sociais decorrentes de suas atividades.

O salvamento de uma empresa pode preservar postos de trabalho, dar aos credores um maior retorno financeiro, possibilita que os sócios continuem exercendo atividades empresariais, incentivando a atividade econômica e ainda permitindo que a sociedade empresária continue a desempenhar o seu papel na economia, de modo que a recuperação deve ser promovida por meio de processos judiciais e negociais.

A reabilitação deve permitir o acesso rápido e fácil ao processo, dar um nível de proteção adequado a todas as pessoas envolvidas, permitir a negociação de um plano comercial, permitir que uma maioria de credores a favor de um plano ou de outro tipo de atuação vincule todos os outros credores (mediante proteção adequada) e prever uma supervisão para assegurar que o processo não se sujeite a qualquer tipo de abuso.

O processo de superação da transitória situação de crise econômico-financeira normalmente abarca um vasto conjunto de expectativas comerciais em mercados dinâmicos, com diversas medidas concretas.

Neste contexto, o salvamento de uma empresa refere-se a resoluções consensuais entre o devedor, os seus credores e outros interesses privados, em contraste com os auxílios estatais, que não devem, em tese, interferir na economia e nas relações bilaterais e negociais.

A reestruturação de uma empresa deve ser apoiada por um enquadramento que incentive os participantes a recuperar uma empresa que tenha viabilidade financeira. A existência de instituições e regulamentos fortes, tal como a Lei de Recuperação de Empresas em regência, é crucial para um sistema de recuperação eficaz.

Nesse escopo, a Recuperanda profissionalizou a sua gestão e administração, criando novos procedimentos e metodologias de trabalho, com controles, metas e resultados previamente estabelecidos.

Além disso, a Rosalito também implementou forte programa de redução de custos, com a readequação do quadro de funcionários, com o controle rigoroso de receitas, estoque e precificação.

O Comitê Gestor da Crise revisou todas as despesas administrativas, comerciais e de recursos humanos, de forma inédita na história da empresa. Referida revisão resultou em mudanças no quadro geral de funcionários, diminuindo os custos fixos mensais da Recuperanda.

Medidas como esta visam minimizar as despesas recorrentes da Rosalito, buscando incessantemente um ajuste para que, como primeira meta, a empresa passe a apresentar resultados operacionais positivos (medida de curto prazo).

O próximo objetivo é atingir seu *break-even*, quando os gastos são iguais às entradas e ainda não geram lucros, mas também não geram prejuízo. Posteriormente, no médio prazo, visa-se voltar a pleitear uma melhor rentabilidade, para poder saldar todos os compromissos com seus credores, conforme apresentados neste Plano.

Entre as medidas implementadas e a implementar estão:

- Desenvolvimento e integração da plataforma tecnológica utilizada nas operações, com o objetivo de fornecer controle e indicadores que

Handwritten signatures in blue ink, including a stylized 'Z', 'A', 'N', and 'S'.

permitam analisar de forma rápida e eficiente os custos, as margens e os prazos envolvidos nas operações;

- Redução de custos fixos com folha de pagamento, além de procedimentos logísticos e de armazenagem das mercadorias comercializadas ou de terceiros;
- Melhoria de gestão comercial, passando de "passivo" para "ativo" e atuante, com metas mensais e prêmios/bonificações para aqueles que atingirem as metas estipuladas;
- Implantação da gestão de orçamento anual, com horizonte em 12 meses de despesas. Neste processo será apresentado os últimos resultados alcançados nos últimos anos e as metas a serem atingidas.
- Nova política de remuneração da equipe comercial, através da qual vendedores poderão ser beneficiados com comissões sobre a margem, o que será condicionado ao aumento da lucratividade das empresas;
- Redução do quadro de funcionários administrativos, de modo seja estruturadas equipes mais otimizadas, que se adequem a demanda referente à nova realidade das empresas;
- Novo modelo de avaliação e acompanhamento dos funcionários, especialmente focado no atendimento de suas necessidades e na identificação de exploração de seus talentos;
- Instauração e condução de procedimentos negociais com o objetivo de reduzir de forma linear o passivo apurado;
- Modificação dos órgãos administrativos das empresas, substituição total ou parcial dos administradores do devedor ou modificação de seus órgãos administrativos, com corte nas despesas com pessoal;



- Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;
- Cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitando os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente;
- Venda ou arrendamento de Unidades Produtivas Isoladas;
- Alteração do controle societário;
- Aumento de capital social;
- Venda parcial dos bens;
- Trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados;
- Redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva;
- Dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiros;
- Constituição de sociedade de credores;
- Equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial; e
- Constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos da devedora.

Todas as medidas acima e outras de menor expressão diminuirão a necessidade de capital de giro, infraestrutura e pessoal, colocando as



atividades da Rosalito em linha com suas novas estratégias comerciais e operacionais.

Serão mantidos apenas os melhores e mais rentáveis pontos comerciais próprios, pois ainda que essa medida resulte na redução do faturamento bruto das empresas, ensejará no aumento da margem líquida após o final de cada exercício.

Passado o período de ajustes, as empresas passarão a ter geração de caixa positiva e poderão iniciar o ciclo de pagamento de seus credores. O Comitê Gestor da Crise acredita que somente com o engajamento de todas as partes envolvidas é que teremos uma reestruturação real da Rosalito.

Para isso, a empresa está implementando uma nova cultura baseada na meritocracia, e os colaboradores estão sendo orientados a reduzir custos e sempre olhar para o resultado, visto que a reestruturação da Recuperanda deve se apoiar em um enquadramento que incentive e encoraje todos os participantes a recuperar a empresa.

A Rosalito está trabalhando na precificação de seus produtos, de modo a aumentar suas margens de lucro. Os administradores do grupo têm vasto conhecimento em seu mercado de atuação e público alvo e estão atuando em conjunto com as equipes estratégicas ligadas a cada tipo de produto comercializado, o que certamente resultará na otimização de recursos.

Desta forma, a empresa pretende alterar as estratégias operacionais para possibilitar maior produtividade da equipe, tais como fechar parcerias com produtores rurais que visem maior viabilidade econômica e operacional para os novos contratos.

Após a concessão da Recuperação Judicial, a empresa entrará em uma nova fase, em que irão manter com rigor as novas diretrizes de produtos e vendas, com restrita política comercial de descontos e prazos, para que a empresa se mantenha dentro de um ciclo de capital de giro saudável e não tenham prejuízos financeiros.

Estas iniciativas, somadas a proteção legal vinculada com a blindagem patrimonial, já estão refletindo diretamente no plano de reestruturação e desenvolvimento da Rosalito, demonstrando singelo crescimento e aumento do faturamento, o que permitirá a equalização do passivo através do Plano ora proposto, com a mediata retomada do crescimento sustentável.

2.4. VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Todos os esforços da administração se concentram para que a Rosalito volte a ser rentável, inicialmente, estancando os prejuízos causados principalmente pela abrupta redução de vendas e retração do mercado industrial e, posteriormente, reestruturando a operação como um todo.

Mesmo após inúmeros fatores que modificaram a atuação da Recuperanda em seu mercado de atuação nos últimos anos, os sócios controladores acreditam na capacidade das empresas de se reinventarem e de retomarem a rentabilidade passada. Para tal, políticas e sistemas de controles implementados no momento são rígidas e estão voltados para a melhora dos resultados.

É indispensável que o disposto abaixo seja cumprido para que a Rosalito consiga recompor o capital de giro necessário para continuidade de suas atividades e para a preservação de seus ativos, bem como para o desenvolvimento do seu plano de negócios de forma redimensionada, sem prejuízo a seus colaboradores.

O modelo de projeção futura de faturamento e caixa esperado adota algumas premissas a fim de calibrar o modelo e ter uma melhor projeção do futuro das empresas. Todos os ajustes feitos são de ordem exógena, ou seja, não há nenhuma influência pelos gestores da Rosalito sobre as premissas adotadas.

São valores como: taxa de crescimento anual; dissídio anual; inflação e reajustes de preços; correção monetária e juros. Para este modelo foram consideradas premissas conservadoras, trabalhando-se o mais próximo da realidade econômica do país e da produção industrial nacional.

Portanto, visou-se a minimização de distorções para que o plano seja viável em sua execução. Baseado nas modificações feitas na Recuperanda para sua reestruturação operacional, foi traçado o cenário financeiro mais provável e exequível, dentro da nova realidade e capacidade de pagamento da Recuperanda.

Além disso, nos meses que antecederam o pedido de recuperação judicial a situação se agravou ainda mais em razão da paralisação total das atividades, em decorrência das medidas de afastamento social usadas no combate ao Covid-19.

Assim, apresentamos as projeções com detalhamento de valores, modos, prazos e condições a seguir, para pagamento da universalidade de credores conforme disposto no presente Plano de Recuperação Judicial (**ANEXO 1**).

2.5. ALIENAÇÃO DE ATIVOS E DE UNIDADES PRODUTIVAS ISOLADAS

A Recuperanda poderá constituir Unidades Produtivas Isoladas, nos termos e para os fins dos artigos 60, 141 e 142 da LRF. Em qualquer caso, a alienação das Unidades Produtivas Isoladas será feita ao proponente que ofertar as melhores condições para o cumprimento do Plano, mediante oferta em processo competitivo em modalidade a ser designada e realizada entre Credores e terceiros interessados, que não sejam Partes Relacionadas.

Caso constitua Unidades Produtivas Isoladas, a Recuperanda deverá apresentar, com 30 (trinta) dias de antecedência à data prevista para a realização do respectivo leilão, proposta fundamentada nos autos da recuperação judicial contendo a descrição do(s) ativo(s) que comporá(ão) a

Unidade Produtiva Isolada, preço base para a proposta mínima de arremate, procedimento a ser adotado no processo competitivo, bem como todas informações que sejam úteis e/ou necessárias à análise, por parte dos Credores, do contexto em que se dará a alienação da Unidade Produtiva Isolada, abrindo-se prazo prévio para que os Credores possam se manifestar nos autos da Recuperação Judicial sobre o pedido da Recuperanda.

Toda e qualquer quantia auferida com a alienação de Unidades Produtivas Isoladas será vertida ao pagamento dos Créditos Sujeitos ou destinado ao capital de giro da Recuperanda visando a manutenção de sua atividade empresarial e almejado soerguimento econômico-financeiro.

2.6. CLASSIFICAÇÃO DOS CREDITORES

No caso da Rosalito, a relação de credores é composta por um total de 407 credores, divididos entre Credores Trabalhistas (Classe I), com 144 credores; Credores com Garantia Real (Classe II), com 1 credor; Credores Quirografários (Classe III), com 202 credores e Credores Microempresa e Empresas de Pequeno Porte (Classe IV), com 60 credores.

A soma dos créditos detidos pelos Credores Trabalhistas (Classe I) é de R\$ 6.218.084,36 (seis milhões duzentos e dezoito mil e oitenta e quatro reais e trinta e seis centavos); dos Credores com Garantia Real (Classe II) é de R\$ 18.720.946,19 (dezoito milhões setecentos e vinte mil novecentos e quarenta e seis reais e dezenove centavos); Quirografários (Classe III) é de R\$ 35.243.278,98 (trinta e cinco milhões duzentos e quarenta e três mil duzentos e setenta e oito reais e noventa e oito centavos) e Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Classe IV) é de R\$ 516.626,19 (quinhentos e dezesseis mil seiscentos e vinte e seis reais e dezenove centavos).

Desta forma, o montante total dos créditos existentes na data-base da elaboração deste Plano é de R\$ 60.698.953,72 (sessenta milhões seiscentos

e noventa e oito mil novecentos e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos).

3. PROJEÇÕES DE FLUXO DE CAIXA E FORMAS

A seguir, apresenta-se a capacidade de geração de caixa. O cenário traçado utiliza bases exequíveis e fundamentos de redução de custos, otimização da cadeia de serviços, melhoria da eficiência e alterações estratégicas com relação ao portfólio de serviços. Esse cenário permitirá saldar as dívidas sujeitas à Recuperação Judicial, com detalhamento de valores, modos, prazos, e condições para pagamento dos Credores, conforme disposto no presente Plano e utiliza as seguintes premissas.

3.1. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES

A sessão que segue é baseada nos números e premissas adotadas até então no presente documento. Visando sempre manter a função social da Rosalito, as melhores estratégias e propostas que justificam a continuidade da geração de empregos, pagamento de impostos e pagamento dos credores, estão apresentadas a seguir.

A fim de assegurar o integral cumprimento deste plano e, sobretudo, a manutenção da atividade econômica desenvolvida, a Recuperanda projetou que as obrigações financeiras assumidas neste Plano, bem como as de ordem operacional a que se compromete neste novo momento, serão financiadas mediante a não recomposição do capital físico e resultados obtidos a partir da operação.

3.1.1. CLASSE I - TRABALHISTAS

A Rosalito sempre prezou pelo bem dos seus colaboradores, esforço verificado em vários casos de colaboradores que ficam na empresa por muitos anos, contando hoje com colaboradores que estão na empresa a mais de uma década. Assim, no momento de dificuldade financeira, a Rosalito prioriza seus ex-colaboradores e o pagamento destes segue na proposta a seguir:

- **Carência:** não haverá carência;
- **Deságio:** 0% (Não haverá deságio);
- **Juros:** Não haverá incidência de juros, sendo que os valores serão pagos conforme estabelecido na relação de credores que será apresentada pelo Administrador Judicial, bem como eventuais valores posteriormente habilitados ou modificados mediante decisão judicial transitada em julgado, atendendo, ademais, o disposto no artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/05;
- **Limitação:** Os créditos decorrentes da legislação do trabalho e sujeitos à Classe I – dos credores trabalhistas – serão limitados ao pagamento de até 150 (cento e cinquenta) salários mínimos dentro da Classe I – dos credores trabalhistas – sendo o saldo remanescente enquadrado na Classe III – dos credores quirografários, nos termos do Enunciado XIII do Grupo de Câmaras Reservadas de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo.
- **Pagamento:** Pagamento do valor indicado no Quadro Geral de Credores ou, na sua ausência, pelo valor que será indicado pelo Administrador Judicial em sua Relação de Credores, ou, ainda, aquele apurado em Impugnação/Habilitação de Crédito, devidamente transitada em julgado, em até 12 (doze) meses, contados do trânsito em julgado da decisão que homologar o plano de recuperação. Os Créditos Controversos serão pagos em até 12 (doze) meses, a contar do trânsito em julgado da decisão judicial que o reconhecer de forma expressa, incluindo habilitação ou impugnação de crédito;

Four blue ink signatures or initials are present at the bottom of the page, arranged horizontally from left to right. The first is a stylized 'A' or 'L' shape, the second is a cursive 'R', the third is a cursive 'M', and the fourth is a cursive 'S'.

- **Liquidação:** Com os pagamentos realizados na forma acima exposta, ficam totalmente quitados os créditos da Classe I - Credores Trabalhistas da Recuperanda, nada mais sendo devido, seja a que título for.

3.1.2. CLASSE II - GARANTIA REAL

Apresentamos agora esclarecimentos quanto à proposta técnica e quanto à forma de pagamento aos credores com garantia real, Classe II.

- **Carência:** 24 (vinte e quatro) meses para início dos pagamentos, contados do trânsito em julgado da decisão que homologar o plano de recuperação;
- **Deságio:** 85% (oitenta e cinco por cento);
- **Juros:** Os valores serão calculados com correção monetária e juros de TR + 0,5% ao ano e a remuneração será liquidada juntamente com o pagamento do principal. Os juros serão contabilizados do trânsito em julgado da decisão que homologar o plano de Recuperação Judicial e serão usados como base os valores apresentados na relação de credores prevista no artigo 7º, §º 2º, da LRF ou de eventuais decisões do Juízo da Recuperação Judicial que determinar a modificação ou inclusão do crédito e desde que esteja transitada em julgado;
- **Pagamento:** Pagamento do valor 15% (quinze por cento) do valor indicado no Quadro Geral de Credores ou, na sua ausência, pelo valor indicado pelo Administrador Judicial em sua Relação de Credores, ou, ainda, aquele apurado em Impugnação/Habilitação de Crédito, devidamente transitada em julgado, em 240 (duzentos e quarenta) meses, após 24 (vinte e quatro) meses de carência, em pagamentos semestrais, contados do trânsito em julgado da decisão que homologar o plano de recuperação e;

- **Liquidação:** Com os pagamentos realizados na forma acima, fica totalmente paga e quitada a dívida perante os credores da Classe II – Garantia Real das Recuperanda, nada mais sendo devido, seja a que título for.

3.1.3. CLASSE III – QUIROGRAFÁRIOS

Apresentamos agora esclarecimentos quanto à proposta técnica e quanto à forma de pagamento aos credores quirografários, Classe III.

- **Carência:** 24 (vinte e quatro) meses para início dos pagamentos, contados do trânsito em julgado da decisão que homologar o plano de recuperação;
- **Deságio:** 85% (oitenta e cinco por cento);
- **Juros:** Os valores serão calculados com correção monetária e juros de TR + 0,5% ao ano e a remuneração será liquidada juntamente com o pagamento do principal. Os juros serão contabilizados do trânsito em julgado da decisão que homologar o plano de Recuperação Judicial e serão usados como base os valores apresentados na relação de credores prevista no artigo 7º, §º 2º, da LRF ou de eventuais decisões do Juízo da Recuperação Judicial que determinar a modificação ou inclusão do crédito e desde que esteja transitada em julgado;
- **Pagamento:** Pagamento do valor 15% (quinze por cento) do valor indicado no Quadro Geral de Credores ou, na sua ausência, pelo valor indicado pelo Administrador Judicial em sua Relação de Credores, ou, ainda, aquele apurado em Impugnação/Habilitação de Crédito, devidamente transitada em julgado, em 240 (duzentos e quarenta) meses, após 24 (vinte e quatro) meses de carência, em pagamentos semestrais, contados do trânsito em julgado da decisão que homologar o plano de recuperação e;

- **Liquidação:** Com os pagamentos realizados na forma acima, fica totalmente paga e quitada a dívida perante os credores da Classe III – Quirografários da Recuperanda, nada mais sendo devido, seja a que título for.

3.1.4. CLASE IV – ME/EPP

Apresentamos agora, esclarecimentos quanto à proposta técnica e quanto à forma de pagamento aos credores quirografários EPP/ME, Classe IV.

- **Carência:** 18 (dezoito) meses para início dos pagamentos, contados do trânsito em julgado da decisão que homologar o plano de recuperação;
- **Deságio:** 75% (setenta e cinco por cento);
- **Juros:** Os valores serão calculados com correção monetária e juros de TR + 0,5% ao ano e a remuneração será liquidada juntamente com o pagamento do principal. Os juros serão contabilizados do trânsito em julgado da decisão que homologar o plano de Recuperação Judicial e serão usados como base os valores apresentados na relação de credores prevista no artigo 7º, §º 2º, da LRF ou de eventuais decisões do Juízo da Recuperação Judicial que determinar a modificação ou inclusão do crédito e desde que esteja transitada em julgado;
- **Pagamento:** Pagamento do valor 25% (vinte e cinco por cento) do valor indicado no Quadro Geral de Credores ou, na sua ausência, pelo valor indicado pelo Administrador Judicial em sua Relação de Credores, ou, ainda, aquele apurado em Impugnação/Habilitação de Crédito, devidamente transitada em julgado, em 180 (cento e oitenta) meses, após 18 (dezoito) meses de carência, em pagamentos trimestrais, contados do trânsito em julgado da decisão que homologar o plano de recuperação e;

- **Liquidação:** Com os pagamentos realizados na forma acima, fica totalmente paga e quitada a dívida perante os credores da Classe IV – EPP/ME dá Recuperanda, nada mais sendo devido, seja a que título for.

4. DOS EFEITOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

4.1.1. OBTENÇÃO DE RECURSOS

A Rosalito poderá, a seu único e exclusivo critério, utilizar o valor obtido com alienação de ativos ou Unidades Produtivas Isoladas (UPIs), bem como qualquer outro recurso, advindo de qualquer outra fonte, para, a qualquer tempo, realizar ou antecipar o pagamento das parcelas devidas aos credores sujeitos ao Plano.

4.1.2. AMORTIZAÇÃO DOS CREDITORES

O cenário de amortização dos credores da recuperação judicial segue o seguinte racional:

ANO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
(-) Total de Amortizações Dívidas da RJ	4.481	4,3	500	500	500	500	500	500	500	500	500
(-) Classe I - Trabalhista	4.481										
(-) Classe II - Garantia Real			140	140	140	140	140	140	140	140	140
(-) Classe III - Quirografário			351	351	351	351	351	351	351	351	351
(-) Classe IV - Quiro / Me e EPP		4,3	8,6	8,6	8,6	8,6	8,6	8,6	8,6	8,6	8,6

ANO	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
(-) Total de Amortizações Dívidas da RJ	500	500	500	500	500	496	492	492	492	492	492
(-) Classe I - Trabalhista											
(-) Classe II - Garantia Real	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140
(-) Classe III - Quirografário	351	351	351	351	351	351	351	351	351	351	351
(-) Classe IV - Quiro / Me e EPP	8,6	8,6	8,6	8,6	8,6	4,3	0	0	0	0	0

4.2. DISPOSIÇÕES GERAIS

do Plano devem permanecer válidos e eficazes, desde que as premissas que o embasam sejam mantidas.

- Caso haja dúvida acerca da interpretação de alguma cláusula ou condições previstas neste Plano de Recuperação Judicial, prevalecerá aquela interpretação que for mais benéfica para a Recuperanda.

4.2.1. EFEITOS DA APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O PRJ aprovado em AGC e homologado pelo Juízo da Recuperação, concedendo da Recuperação judicial (i) obrigará a Recuperanda e seus credores sujeitos à Recuperação judicial aos termos desse Plano, assim como seus respectivos sucessores, a qualquer título; (ii) implicará, em relação à Recuperanda e seus coobrigados, avalistas/fiadores em novação de todos os créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial.

4.2.2. AÇÕES JUDICIAIS

Após a aprovação e homologação do PRJ na forma da Lei, por força da novação disposta no presente PRJ, serão extintas todas as ações de cobrança, execuções judiciais ou qualquer outro tipo de medida judicial ajuizada contra a Recuperanda, seus respectivos coobrigados, avalistas e fiadores, bem como quaisquer outras sociedades relacionadas, inclusive por avais e fianças. Igualmente, as penhoras judiciais decorrentes dessas execuções, e outras eventuais constringências existentes, serão liberadas.

Os processos judiciais e arbitrais de conhecimento ajuizados por credores sujeitos ao Plano que tiverem por objeto a condenação em quantia ilíquida, ou a liquidação de condenação já proferida, poderão prosseguir em seus

respectivos foros, até que haja a fixação do valor do crédito sujeito ao Plano, ocasião em que o credor sujeito ao Plano deverá providenciar a habilitação da referida quantia no Quadro Geral de Credores, para recebimento nos termos do Plano. Em hipótese alguma haverá pagamento de credores sujeitos ao Plano de forma diversa da estabelecida no Plano, inclusive em processos judiciais ou arbitrais ajuizados que estiverem em curso quando da Homologação Judicial do Plano ou que forem ajuizados após a Homologação Judicial do Plano.

4.2.3. MODIFICAÇÕES AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme previsto nos artigos 45 e 58 da LRF, o presente instrumento, PRJ, poderá ser alterado exclusivamente por parte e decisão da Recuperanda, independentemente do seu descumprimento, em AGC convocada para essa finalidade, deduzidos os pagamentos porventura já realizados. As alterações do PRJ obrigarão todos os credores concursais, inclusive os dissidentes.

4.2.4. NOVAÇÃO DOS CRÉDITOS

Todos os créditos sujeitos ao presente PRJ são novados pela homologação judicial deste PRJ e serão pagos conforme detalhamento contido no mesmo PRJ, seguindo todos os quesitos de valor, forma, condições e prazos pelo PRJ estabelecidos e nada mais.

4.2.5. COMPENSAÇÃO

A Rosalito poderá compensar, a seu critério, quaisquer créditos sujeitos ao Plano com créditos detidos pela Rosalito contra os respectivos credores sujeitos ao Plano, quando tais créditos se tornarem líquidos, e até o valor de

referidos créditos sujeitos ao Plano, ficando eventual saldo sujeito às disposições do presente Plano.

A Recuperanda poderá reter o pagamento de créditos sujeitos ao Plano na hipótese de ser credora dos respectivos credores sujeitos ao Plano, desde que os créditos detidos contra os respectivos Credores Sujeitos ao Plano sejam objetos de litígio, com o objetivo de que tais créditos sejam compensados com os créditos sujeitos ao Plano quando se tornarem líquidos.

4.2.6. PROTESTOS

Após a aprovação e homologação do PRJ na forma da Lei, por força da novação prevista no artigo 59 da LRF, deverão ser cancelados todos os protestos de títulos que se referem a créditos sujeitos aos efeitos da presente recuperação judicial, efetuados contra os CNPJ da Recuperanda - matriz e filiais - de forma a cumprir o estabelecido neste plano.

4.2.7. DESCUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Na hipótese de ocorrência de qualquer evento de descumprimento deste Plano, a Rosalito poderá requerer ao Juízo da Recuperação Judicial, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apuração do referido evento de descumprimento, a convocação de Assembleia Geral de Credores para deliberar a respeito de eventual emenda, alteração ou modificação ao Plano que saneie ou supra tal descumprimento, sem que durante esse período qualquer credor sujeito ao Plano possa requerer a convocação da Recuperação Judicial em Falência.

4.2.8. ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL



O processo de Recuperação Judicial será encerrado a qualquer tempo após a Homologação Judicial do Plano, a requerimento da Recuperanda, desde que todas as obrigações que se vencerem em até 2 (dois) anos após sua homologação sejam cumpridas.

4.2.9. COMUNICAÇÃO

Todas e quaisquer notificações, requerimentos, pedidos e comunicações, para serem eficazes, deverão ser feitas por escrito e endereçadas à Recuperanda, nos autos da Recuperação Judicial.

4.2.10. MODIFICAÇÃO DE CRÉDITOS: HABILITAÇÕES E IMPUGNAÇÕES

Os Créditos sujeitos ao PRJ poderão ser modificados e novos créditos poderão ser incluídos pelo Administrador Judicial, ao preparar sua Relação de Credores, bem como na consolidação do Quadro Geral de Credores, em razão do julgamento dos credores incidentes de habilitação, divergência ou impugnação de crédito.

Nas hipóteses de serem reconhecidos novos Créditos Concursais, e, novos créditos forem incluídos no Quadro Geral de Credores, ou serem alterados Créditos Concursais já reconhecidos na Lista de Credores, por decisão judicial, arbitral ou acordo entre as partes, tais novos Créditos ou o valor alterado de Créditos já reconhecidos serão pagos na forma prevista neste Plano, a partir do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial. Neste caso, as regras de pagamento de tais Créditos, notadamente quanto à incidência de juros, passarão a ser aplicáveis apenas a partir do referido trânsito em julgado.

4.2.11. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS

Os Credores Concursais poderão ceder ou transferir livremente seus créditos contra a Recuperanda, observando-se que independentemente da cessão ser feita por lei ou contrato, estarão sempre sujeitos aos efeitos deste PRJ, especialmente em relação a valores, condições e prazos de pagamentos, devendo o credor informar isso ao cessionário, bem como a Recuperanda, a ocorrência da cessão, assim como noticiar o Juízo da Recuperação, sob pena de ineficácia da cessão em relação à Recuperanda, bem como a validade integral de eventual pagamento.

4.2.12. GARANTIAS PESSOAIS

Por cautela fica expressamente estabelecido que não obstante a novação disposta neste PRJ, o seu cumprimento implicará e ratificará a extinção de todas as obrigações solidárias, acessórias e quaisquer outras garantias, inclusive por avais e fianças, assumidas pela Recuperanda e pelos seus sócios e/ou acionistas, bem como por terceiros. Igualmente, as penhoras judiciais e outras eventuais constringências existentes, serão liberadas.

4.2.13. FALÊNCIA E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

Na hipótese de decretação de falência durante o período de 2 (dois) anos após a concessão da Recuperação Judicial pelo Juízo da Recuperação, os credores terão restituídos seus direitos originais, descontados eventuais pagamentos que porventura já tenham sido realizados pela Recuperanda na forma deste PRJ.



4.2.14. QUITAÇÃO

Após o pagamento integral de quaisquer créditos conforme disposto neste PRJ, serão os mesmos considerados totalmente quitados e automaticamente passadas a ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais se reclamar a qualquer título contra a Recuperanda, ou eventuais coobrigados, garantidores, fiadores ou avalistas, por parte dos credores.

4.2.15. FORO DE ELEIÇÃO

Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou que estiverem relacionadas a este Plano ou aos créditos sujeitos à Recuperação Judicial serão resolvidas:

- i. Pelo Juízo da Recuperação Judicial até a prolação da decisão de encerramento da Recuperação Judicial, e desde que não esteja pendente recurso com efeito suspensivo contra a referida decisão; e
- ii. Cessada a competência do Juízo da Recuperação Judicial, fica fixada a Comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer litígios advindos do presente Plano.

Este PRJ é firmado pelos representantes legais da Recuperanda, assim constituídos na forma dos respectivos contratos sociais.

São Paulo, 27 de abril de 2021.



CEREALISTA ROSALITO LTDA – Em recuperação Judicial



Laudo Econômico-Financeiro

São Paulo, 20 de abril de 2021.

Produzido por



SUMÁRIO

1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	3
2.	LIMITAÇÕES.....	4
3.	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	5
3.1.	DO HISTÓRICO E INFORMAÇÕES DA ROSALITO	5
3.2.	SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ROSALITO	5
4.	ANÁLISE DE MERCADO	6
4.1.	RESUMO DO MERCADO DE ARROZ NO BRASIL.....	6
4.2.	RESUMO DO MERCADO DE FEIJÃO NO BRASIL	7
5.	PROJEÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	8
5.1.	RECEITA DE VENDA COM PRODUTOS	9
5.2.	DEDUÇÕES DAS RECEITAS COM VENDA DE PRODUTOS	10
5.3.	CUSTOS OPERACIONAIS	10
5.4.	RESULTADOS OPERACIONAL	10
5.5.	OUTROS CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	10
5.6.	GERAÇÃO DE CAIXA.....	10
5.7.	PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO PRJ.....	11
5.7.1.	PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES.....	11
5.7.1.1.	CREDITORES TRABALHISTAS (CLASSE I).....	11
5.7.1.2.	CREDITORES COM GARANTIA REAL (CLASSE II).....	11
5.7.1.3.	CREDITORES QUIROGRAFÁRIOS (CLASSE III)	11
5.7.1.4.	CREDITORES ME E EPP (CLASSE IV)	12
5.8.	AMORTIZAÇÃO DE PAGAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	12
5.9.	ANÁLISE DE VIABILIDADE	12
6.	CONCLUSÃO	12
7.	DISPOSIÇÕES FINAIS	13



1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O presente Laudo Econômico-Financeiro (“Laudo”) tem como objetivo avaliar a viabilidade econômico-financeira no âmbito do Plano de Recuperação Judicial Consolidado (“PRJ”) das empresas: CEREALISTA ROSALITO LTDA., EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.622.478/0001-10 nos termos do art. 52 da Lei nº 11.101/05 em conjunto doravante denominadas como “Rosalito” ou “Recuperandas”).

Este Laudo foi elaborado pela MBS SERVICOS DE CONTABILIDADE LTDA - ME - 15.020.256/0001-38, mencionada neste documento como (TBS Tax and Business Solutions), Única e exclusivamente como subsídio à elaboração do PRJ das Recuperandas e não se confunde com, superpõe ou modifica os termos e condições do PRJ e não deve ser desagregado, fragmentado ou utilizado em partes pelas Recuperandas e seus representantes, por credores ou quaisquer terceiros interessados.

Para alcançar o objetivo deste trabalho, foram utilizados fatos históricos, informações macroeconômicas e de mercado, bem como informações e dados disponibilizados pela Rosalito e por seus funcionários, administradores, consultores e demais prestadores de serviço (“Dados e Informações”).

A TBS Tax and Business Solutions não assume qualquer responsabilidade caso os resultados futuros difiram das projeções apresentadas no Laudo e não oferece qualquer garantia em relação a tais estimativas. Nesta perspectiva, as conclusões aqui apresentadas são resultantes da análise dos Dados e Informações, além de projeções macroeconômicas e de mercado, assim como sobre performance e resultados decorrentes de eventos futuros, e estão sujeitas às seguintes considerações:

- O Laudo ora apresentado envolve questões de julgamentos objetivos e subjetivos face à complexidade das análises dos Dados e Informações e às fontes de informações consultadas ao longo das análises;
- Nenhum dos sócios ou profissionais da TBS Tax and Business Solutions tem qualquer interesse financeiro no Rosalito;
- Os honorários estimados para a execução deste trabalho não foram baseados e não têm qualquer relação com os valores aqui reportados, assim como não são variáveis em função destes;
- Este Laudo foi feito com base em informações disponibilizadas pela Rosalito, as quais foram consideradas verdadeiras, uma vez que não faz parte do escopo de trabalho da TBS Tax and Business Solutions qualquer tipo de investigação independente e/ou procedimento de auditoria. Desta forma, a TBS Tax and Business Solutions não assume qualquer responsabilidade pela imprecisão dos Dados e Informações utilizados neste Laudo;
- Este Laudo foi preparado com a finalidade de avaliar a viabilidade das Recuperandas no âmbito do PRJ, a TBS Tax and Business Solutions não é responsável perante terceiros por qualquer ato ou fato decorrente da sua utilização para qualquer outro fim que não o aqui declarado;



- Este Laudo foi desenvolvido a pedido da Rosalito e não deve ser interpretado por qualquer terceiro como instrumento de decisão para investimento ou opinião em relação ao PRJ;
- A TBS Tax and Business Solutions não será responsável por atualizar este relatório em relação a eventos e circunstâncias que possam ocorrer posteriormente à data de referência do mesmo;
- Algumas das considerações descritas neste Laudo são baseadas em eventos futuros que representam a expectativa da Rosalito e de seus administradores, consultores e demais prestadores de serviço, à época em que tais considerações foram elaboradas. Assim, os resultados apresentados neste Laudo representam meras projeções, razão pela qual podem diferir dos resultados que vierem a ser concretizados.

Dentre os dados e informações utilizadas para elaboração deste Laudo, há informações Públicas e informações fornecidas pela Rosalito, que têm como objetivo proporcionar o detalhamento necessário de suas operações, investimentos, estrutura de capital e capacidade de geração de caixa. Este Laudo, sujeito às premissas e assunções nele declaradas, pretende oferecer uma visão da capacidade financeira das Recuperandas no âmbito do PRJ, de modo a permitir a avaliação da sustentabilidade e exequibilidade da continuação das operações das Recuperandas.

2. LIMITAÇÕES

De acordo com a Lei no 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, este Laudo avalia a viabilidade econômico-financeira das Recuperandas, no âmbito do PRJ, com certas cláusulas de limitações.

Portanto, este Laudo, suas conclusões, bem como seus apêndices e anexos, não devem ser interpretados, ou utilizados, sem levar em consideração tais cláusulas.

Este Laudo, bem como as opiniões e conclusões nele contidas, foram realizados para a Rosalito no contexto do seu PRJ. Este Laudo é constituído de 12 páginas e não deverá ser manuseado ou distribuído, a quem quer que seja, em partes, hipótese em que nenhuma responsabilidade poderá ser atribuída à TBS Tax and Business Solutions.

Qualquer usuário e/ou receptor deste Laudo deve estar ciente das condições, premissas e assunções que nortearam sua elaboração, das situações de mercado e econômicas do Brasil, assim como ao segmento econômico no qual a Rosalito está inserida.

As diferenças entre o conteúdo deste Laudo e o de documentos que tenham o mesmo objeto deste trabalho se devem exclusivamente à utilização de distintas fontes de informação e a aplicação de diferentes metodologias de tratamento de dados. A TBS Tax and Business Solutions não tem qualquer responsabilidade por tais eventuais diferenças.

Os serviços da TBS Tax and Business Solutions para elaboração deste Laudo não representam uma auditoria, revisão, exame ou outro tipo de atestação, da forma como essas expressões encontram-se identificadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Assim sendo, não expressamos qualquer forma de garantia sobre assuntos

contábeis, demonstrações financeiras, informações financeiras, ou sobre controles internos da Rosalito.

Não emitimos opinião profissional sobre a aplicação dos princípios contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Serviços Relacionados (International Standard on Related Services - ISRS 4410), e suas alterações ou interpretações subsequentes. Este Laudo não constitui parecer legal ou jurídico.

Não conduzimos uma revisão ou investigação independente para identificar fraudes ou atos ilegais.

A TBS Tax and Business Solutions não tem qualquer responsabilidade sobre o estudo, análise e apresentação de custos e investimentos projetados no cenário de recuperação judicial da Rosalito.

Este trabalho não abrange a avaliação de custos operacionais, bem como potenciais melhorias de processos da Rosalito que possam gerar potenciais reduções de custos, e otimizações operacionais e administrativas.

As considerações apresentadas neste Laudo são práticas comuns em estudos desta natureza, as quais acreditamos ter, e somos reconhecidos publicamente como tendo, significativo conhecimento e experiência. Os serviços prestados são limitados a tais conhecimentos e experiências e não representam auditoria, assessoria ou serviços relacionados a impostos, que podem ser fornecidos pela TBS Tax and Business Solutions. Não obstante essas limitações, a conclusão contida neste Laudo não foi destinada ou escrita pela TBS Tax and Business Solutions para ser usada, e não deverá ser usada, pelo destinatário ou qualquer terceiro com o propósito de evitar sanções que possam ser impostas pela legislação fiscal brasileira.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. Do Histórico e informações da Rosalito

Fundada pela família PEGORER, tradicionalmente reconhecida pela experiência no plantio e comercialização de cereais, a Cerealista Rosalito iniciou suas atividades de beneficiamento e empacotamento de arroz em Santa Cruz do Rio Pardo-SP em 1984.

Conscientes da necessidade de conquista de novos mercados, sempre primaram pela qualidade e excelência de seus produtos, tendo como metas o aperfeiçoamento e o crescimento da indústria, com foco no comércio de grãos e cereais (principalmente arroz e feijão) para o atacado e varejo.

Com foco geográfico comercial nas regiões do interior de SP e Grande Capital de SP, a Rosalito já representou no ano 2016 em torno de 25% do mercado de arroz e feijão no interior de SP (fonte: SAVarejo) com faturamento aproximado de R\$ 300 milhões e no ano 2019 representou a 5ª posição no ranking de beneficiadoras de arroz do Estado de SP.

3.2. Situação Econômico-Financeira da Rosalito

A atual situação econômico-financeira da Rosalito é consequência da combinação de diversos fatos ocorridos nos últimos anos.

Entre os anos 2011 a 2015, ocorreu a compra de ações de sócios retirantes, que afetou seu capital de giro, prejudicando a estratégia de aquisição de matéria-prima (arroz seco e feijão), com a redução de suas margens, devido à necessidade de compra através de beneficiadores de arroz e feijão, com impacto na redução da geração de caixa e aumento do nível de endividamento, sem que tenha havido uma adequação de custos e despesas.

Isso resultou na paralisação estratégica das atividades para estancar o crescimento exponencial da dívida, dado que a continuidade das atividades demanda um custo operacional elevado, entre outros fatores, resultaram no pedido de recuperação judicial.

4. ANÁLISE DE MERCADO

4.1. Resumo do mercado de arroz no Brasil

Arroz é tradicionalmente consumido em todas as regiões

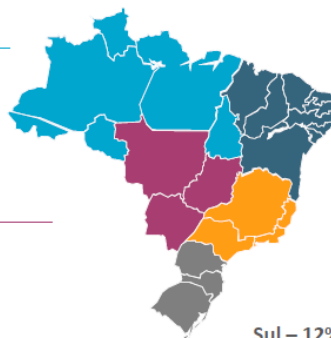
Divisão regional do mercado de arroz beneficiado total e por tipos (2018, em %)

Norte – 8%

Branco: 57%
Parbo: 40%
Integral: 2%
Especial: 1%

Centro-Oeste – 9%

Branco: 85%
Parbo: 10%
Integral: 4%
Especial: 1%



Nordeste – 27%

Branco: 50%
Parbo: 45%
Integral: 4%
Especial: 1%

Sudeste – 44%

Branco: 70%
Parbo: 24%
Integral: 5%
Especial: 1%

Sul – 12%

Branco: 75%
Parbo: 20%
Integral: 4%
Especial: 1%

Fonte: Euromonitor International

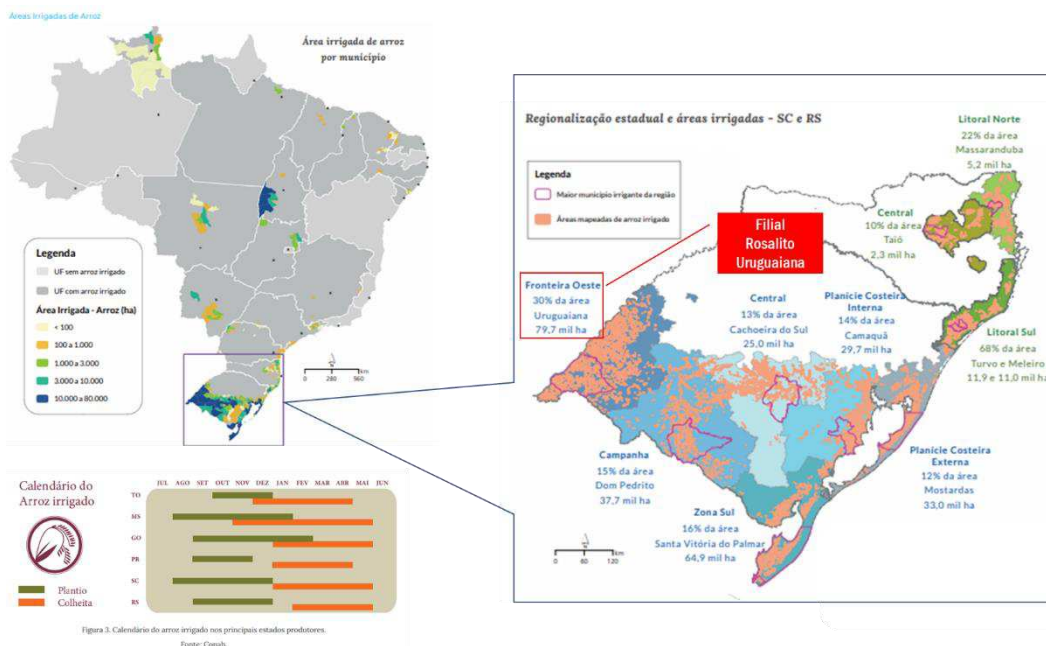
De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a estimativa para produção de 2020 é de 11,1 milhões de toneladas, um crescimento de 6,5% em relação à safra 2019;

O Rio Grande do Sul, atualmente é o maior produtor de arroz, responsável por 65,8% da produção nacional. A produção de 2020 para o estado está estimada em 7,3 milhões de toneladas, um crescimento de 1,8% em relação ao ano 2019.

Abaixo, destacamos alguns pontos importantes que corroboram para o mercado de arroz no Brasil e para a Rosalito:

- Estoques nos níveis mais baixos da história;
- Aliado a pressão do câmbio, inibindo as importações e aumento das exportações;
- Indicando nos próximos anos preços de mercado mais atrativos para os produtores de arroz, diante da pandemia COVID 19, além de novos fatores do aumento do consumo dos itens da cesta básica do brasileiro (auxílio emergencial);
- Mercado Brasileiro é muito pulverizado, segundo estatísticas oficiais, o Brasil tem mais de 1.100 indústrias processadoras do arroz seco. Destas, cerca de 70 são consideradas de médio e grande porte, e abastecem 85% do mercado interno;

- A Rosalito atua apenas no estado de SP (maior consumidor de arroz no país) com uma marca regional. Os grandes players além de possuírem marcas regionais e nacionais tem diferenciação na estratégia de preço das marcas para cada tipo de consumidor;
- Demonstramos abaixo a representatividade da região do Rio Grande do Sul na produção do arroz irrigado e o posicionamento estratégico da Rosalito, por ter uma unidade de secagem do arroz verde irrigado e armazenamento do arroz seco em Uruguaiana (RS), obtendo assim vantagem competitiva na aquisição do arroz seco para beneficiamento.



4.2. Resumo do mercado de feijão no Brasil

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção de feijão primeira safra 2021 ficou em 1,08 milhão de toneladas, 8,9% superior ao volume produzido no período anterior. O feijão segunda safra 2021 deve alcançar uma produção de 1,24 milhão de toneladas. A colheita já está iniciada. Estima-se uma redução de 0,8% na área cultivada. O feijão terceira safra está em fase de plantio. A área está estimada em 589,5 mil hectares, com um crescimento de 1,5% sobre a área da safra anterior;

O feijão total apresenta uma produção 2020 de 3 milhões de toneladas e uma área de 2,9 milhões de ha. Desse total de produção, 1,9 mil t são de feijão-comum cores, 687,4 mil t de feijão-caupi e 509,5 mil t de feijão-comum preto.

SAFRAS	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO NACIONAL	IMP.	SUPRIMENTO	CONSUMO APARENTE	EXP.	ESTOQUE DE PASSAGEM
2009/10	317,7	3322,5	181,2	3821,4	3450,0	4,5	366,9
2010/11	366,9	3732,8	207,1	4306,8	3600,0	20,4	686,4
2011/12	686,4	2918,4	312,3	3917,1	3500,0	43,3	373,8
2012/13	373,8	2806,3	304,4	3484,5	3320,0	35,3	129,2
2013/14	129,2	3453,7	135,9	3718,8	3350,0	65,0	303,8
2014/15	303,8	3210,2	156,7	3670,7	3350,0	122,6	198,1
2015/16	198,1	2512,9	325,0	3036,0	2800,0	50,0	186,0
2016/17	186,0	3399,5	137,6	3723,1	3300,0	120,5	302,6
2017/18	302,6	3116,1	81,1	3499,8	3050,0	162,4	287,4
2018/19(*)	287,4	3017,7	149,6	3454,7	3050,0	164,0	240,7
2019/20(**)	240,7	3073,9	100,0	3414,6	3050,0	160,0	204,6

Abaixo, destacamos alguns pontos importantes que corroboram para o mercado de feijão no Brasil e para a Rosalito:

- Estoques nos níveis mais baixos da história;
- Aliado a pressão do câmbio, inibindo as importações e aumento das exportações;
- Indicando nos próximos anos preços de mercado mais atrativos para os produtores de feijão, diante da pandemia COVID 19, além de novos fatores do aumento do consumo dos itens da cesta básica do brasileiro (auxílio emergencial);

Concluimos que o mercado de arroz e feijão no Brasil, sofreu um aumento substancial nos preços no último ano diante da pandemia do COVID 19, e acreditamos que esta pressão de oferta e demanda e incertezas da pandemia diante ao processo de vacinação continuará a pressionar a oferta dos produtores de arroz e feijão, visto que os mesmos não tem perspectivas de aumento da área plantada/irrigada, havendo pressão no preço do arroz e feijão beneficiado para o segmento atacadista e varejista, e conseqüentemente para o consumidor brasileiro.

A Rosalito terá que buscar a maior eficiência produtiva possível, negociar com o menor custo possível a matéria-prima (arroz seco e feijão), alcançando um CPV mais eficiente e por fim, reduzir os custos administrativos e financeiros.

5. PROJEÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Neste capítulo são apresentadas as projeções econômico-financeiras mais recentes da Rosalito, as quais consideram as premissas macroeconômicas, operacionais e financeiras estimadas pela Companhia no âmbito de seu PRJ.

Os fluxos de caixa esperados para o negócio após uma eventual aprovação do PRJ ainda estarão sujeitos a eventuais alterações. Além das incertezas naturais inerentes a essas projeções, há outros fatores que podem comprometer o fluxo de caixa futuro do negócio, tais como: práticas contábeis a serem adotadas, planejamento tributário decorrente do tratamento fiscal dado às transações subjacentes ao PRJ, entendimentos regulatórios, interpretações legais, a não efetivação dos aportes de capital e recursos de terceiros previstos, além do próprio perfil dos débitos resultantes da AGC em um cenário de continuidade.

Todas as premissas assumidas neste Laudo foram baseadas em cenários esperados e projetados exclusivamente pela Companhia e seus administradores, assessores e demais prestadores de serviço contratados para elaboração do PRJ e não foram objeto de investigação independente pela TBS Tax and Business Solutions, à qual não coube, como parte do escopo de trabalho contratado, propor ou julgar quaisquer aspectos relacionados a tais eventos. As conclusões da TBS Tax and Business Solutions contidas no PRJ assumem, dessa forma, a premissa básica de que, ao projetar estes cenários, a Companhia observou todos os aspectos legais, regulatórios e fiscais aplicáveis. Importante salientar que tais entendimentos da Companhia ao projetar tais cenários podem ser diversos daqueles de seus credores, autoridades fiscais, autoridades legais e agências reguladoras.

Dado que as empresas da Rosalito têm relevante interligação econômica e operacional, as projeções foram apresentadas de maneira consolidada, incluindo as premissas e valores das empresas em Recuperação Judicial, assim como as demais subsidiárias e filiais.

A partir do plano de negócios da Companhia, a TBS Tax and Business Solutions analisou as premissas operacionais e os resultados futuros projetados pela Rosalito.

Para tanto, foram realizadas as seguintes atividades:

- 1) Discussões com a Companhia para entendimento das projeções;
- 2) Identificação, a partir das planilhas disponibilizadas pelos gestores, das premissas mais relevantes e necessárias para as projeções;
- 3) Comparação entre resultados históricos e projetados;
- 4) Comparação com indicadores de empresas semelhantes, obtidos através de relacionamento e outras fontes on-line.

A seguir são detalhadas as projeções da modelagem financeira da Rosalito em termos nominais (inflação já considerada nas projeções). Neste cenário, por conta das incertezas dos prazos e não podendo afirmar a data provável da homologação, considerou-se no fluxo como ano 1 pós homologação do PRJ.

Em R\$	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11
Receita Bruta	206.842.108	305.000.000	354.714.286	399.000.000	457.300.000	532.930.000	645.228.958	874.295.439	600.614.061	628.658.614	657.896.394
Desenvio	-413.684	-610.000	-709.429	-799.000	-914.800	-1.065.860	-1.290.488	-1.148.991	-1.201.628	-1.287.317	-1.315.791
Impostos Diretos	-11.483.707	-19.390.634	-21.996.400	-24.842.299	-29.343.242	-32.966.509	-33.928.249	-35.959.770	-37.022.611	-38.598.594	-40.171.376
Receita Líquida	184.974.714	285.009.166	332.008.457	373.359.701	428.042.158	498.957.631	610.200.251	637.587.678	562.589.822	588.842.703	616.408.227
Custo dos Produtos Vendidos	-162.038.272	-229.532.194	-268.599.743	-295.953.930	-339.185.308	-394.847.696	-401.261.990	-424.064.845	-443.202.186	-463.391.160	-484.629.299
Margem Líquida	32.936.442	55.476.971	63.412.714	77.375.771	88.856.850	104.349.978	108.947.262	113.522.233	119.387.636	125.461.542	131.879.928
Despesas Operacionais	-22.463.659	-32.479.165	-36.291.693	-39.288.600	-44.101.463	-50.099.193	-51.150.618	-53.043.786	-54.768.383	-56.678.599	-58.463.188
EBITDA	10.472.507	22.997.783	29.120.821	38.087.171	44.725.370	54.291.783	57.796.644	60.478.447	64.619.254	68.883.144	73.397.773
Margem EBITDA	5,37%	8,07%	8,77%	10,20%	10,45%	10,88%	11,33%	11,30%	11,49%	11,70%	11,91%
Depreciação e Amortização	-209.380	-251.401	-214.925	-171.900	-141.000	-305.000	-251.000	-251.000	-251.000	-251.000	-251.000
EBIT	10.183.127	22.842.382	28.906.197	37.916.171	44.584.370	53.986.783	57.545.644	60.227.447	64.368.254	68.632.144	73.146.773
Margem EBIT	5,22%	8,01%	8,71%	10,14%	10,42%	10,82%	11,28%	11,30%	11,44%	11,68%	11,87%
Resultado Financeiro	-6.419.637	-9.342.464	-3.824.455	244.096	304.635	455.606	440.748	586.343	614.468	792.758	1.125.784
Lucro antes de IR/CS	4.763.489	13.499.918	25.081.741	38.160.267	44.889.004	54.442.388	57.986.391	60.813.790	64.982.722	69.424.902	74.272.556
IR / CS	-14.413	-978.952	-5.027.220	-11.284.665	-15.283.957	-18.554.753	-19.757.485	-20.749.639	-22.162.294	-23.699.378	-25.397.534
Lucro / Prejuízo do Exercício	4.749.076	12.520.966	20.054.521	26.875.602	29.605.048	35.887.635	38.228.906	40.073.151	42.820.428	45.725.524	48.875.022
Margem Lucro / Prejuízo	2,44%	4,39%	6,04%	7,20%	6,97%	7,19%	7,49%	7,45%	7,61%	7,77%	7,93%



UnBS	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21	Ano 22
Receita Bruta	689.994.014	720.827.968	784.672.792	861.367.290	884.340.077	900.584.002	949.514.316	1.001.269.707	1.065.290.741	1.103.664.470	1.148.203.014
Devolução	-1.377.188	-1.441.689	-1.909.346	-1.722.785	-1.708.880	-1.801.188	-1.899.029	-2.002.939	-2.110.801	-2.207.329	-2.296.408
Impostos Diretos	-41.864.797	-43.642.890	-48.509.888	-51.919.827	-53.376.612	-56.582.991	-59.938.943	-63.890.024	-67.289.693	-70.030.124	-72.471.091
Receita Líquida	646.352.028	675.743.020	707.653.560	807.724.688	799.254.785	842.239.824	887.676.344	935.717.143	985.850.546	1.031.427.017	1.073.435.577
Custo dos Produtos Vendidos	-606.710.118	-629.971.972	-664.396.300	-632.600.090	-629.042.420	-662.217.896	-697.442.547	-724.600.729	-773.464.968	-807.936.290	-845.499.389
Margem Líquida	139.641.914	145.771.048	153.257.253	175.124.598	170.211.365	179.961.928	190.233.797	201.056.415	212.385.580	223.491.767	229.936.194
Despesas Operacionais	-60.480.088	-62.872.884	-64.778.899	-72.194.976	-68.048.536	-70.999.216	-74.055.267	-77.339.105	-80.785.183	-83.725.202	-86.434.406
EBITDA	79.161.826	83.198.493	88.478.354	102.929.623	102.165.829	108.992.712	116.178.530	123.717.310	131.632.397	139.766.466	143.501.789
Margem EBITDA	12,31%	12,31%	12,50%	12,44%	12,70%	12,94%	13,09%	13,27%	13,31%	13,50%	13,27%
Depreciação e Amortização	-251.000	-251.000	-251.000	-271.917	-251.000	-251.000	-251.000	-251.000	-251.000	-251.000	-251.000
EBIT	77.910.826	82.947.493	88.227.354	102.657.706	101.914.829	108.741.712	115.927.530	123.466.310	131.381.397	139.515.466	143.250.789
Margem EBIT	12,07%	12,28%	12,47%	12,70%	12,75%	12,91%	13,06%	13,19%	13,33%	13,53%	13,30%
Resultado Financeiro	1.522.418	1.946.947	2.254.154	2.908.116	2.704.374	2.406.078	2.284.434	2.069.778	1.835.399	1.171.451	-3.266.488
Lucro antes de IR/CS	79.433.244	84.894.441	90.481.508	105.565.822	104.619.203	111.227.790	118.211.964	125.536.089	133.216.788	140.686.916	139.984.300
IR / CS	-27.211.660	-29.132.148	-31.077.831	-36.304.692	-35.952.180	-38.166.355	-39.734.039	-42.765.007	-44.974.090	-47.602.916	-48.901.970
Lucro / Prejuízo do Exercício	52.221.582	55.762.293	59.403.677	69.261.231	68.667.023	73.061.435	78.477.944	82.771.082	88.292.098	93.024.000	91.082.331
Margem Lucro / Prejuízo	8,00%	8,35%	8,32%	8,57%	8,59%	8,67%	8,91%	8,90%	9,00%	9,02%	8,41%

5.1. Receita de venda com produtos

A receita foi projetada de acordo com as informações de expectativas de faturamento fornecidas pela Rosalito, levando em conta o cenário dos Últimos anos e as oportunidades do mercado de arroz e feijão para os próximos anos.

Apesar da desaceleração econômica do país no ano 2020, a retomada das vendas em um cenário de pandemia e pós Covid19, somada a um potencial de retomada da economia. As projeções representam a nova e real capacidade da empresa em termo de vendas, em linha com as projeções para o cenário macroeconômico atual.

Previsão de crescimento de receitas com vendas de produtos, chegando no patamar de R\$ 17,3 milhões mensais no Ano 1. No planejamento estratégico da Rosalito estão previstas ações de marketing junto aos clientes, treinamentos de representantes e maior foco em grandes redes e varejo de proximidade. Além de outras estratégias que serão lançadas no decorrer do período.

5.2. Deduções das receitas com venda de produtos

Nas deduções da receita estão incluídos os impostos (ICMS, PIS e COFINS) normais sobre o faturamento e foram consideradas as devoluções de vendas.

5.3. Custos operacionais

Os custos dos produtos vendidos pela Rosalito, podem sofrer algumas modificações ao longo das projeções. A margem de negociação com os produtores de arroz e feijão encontra-se cada vez mais pressionada diante da oferta e demanda interna, pagamentos se tornaram cada vez mais curtos em consequência da falta de crédito e da situação da empresa que está em recuperação judicial.

Estão sendo executadas adequações/manutenções nos equipamentos, aumento do controle de qualidade visando uma maior produtividade e redução de custos.

5.4. Resultados Operacional

A Rosalito vem somando prejuízos de forma sistemática nos Últimos anos e não gera receita suficiente para manter seus custos fixos. O resultado operacional projetado para os próximos 22 anos no fluxo deste laudo mostra que a empresa, através de muito esforço, aumentando suas receitas, conseguirá adequar o fluxo, aumentar sua geração de caixa livre e honrar suas dívidas do passado.

Atualmente a empresa retomou as suas atividades, através do trabalho projetado em seu planejamento, contando com o aumento das receitas, redução dos custos de produção, a tendência é crescer, sendo que no primeiro ano da projeção o resultado será de 5,37%.

5.5. Outros custos e despesas administrativas

Este item contempla os gastos relacionados às plataformas operacionais (logística, mão de obra e insumos não voltados a produção), e equipe administrativa, que após cortes e revisões, está mais enxuta.

No planejamento financeiro para os próximos meses, a Rosalito busca priorizar a operação de beneficiamento, através da terceirização do back-office.

5.6. Geração de caixa

Com as reestruturações feitas e em implantação na empresa, como terceirização do back-office e adequação de áreas operacionais, somando a redução dos custos variáveis, o item RESULTADO representa a capacidade de gerar riquezas, onde observamos que a Rosalito, guardando as premissas apresentadas, consegue gerar caixa suficiente para pagamento da dívida contraída.

A empresa deverá recorrer a capital de terceiros via captação DIP Finance no montante de no mínimo de R\$ 15 milhões. Este já está previsto no fluxo projetado.

Estão previstos investimentos em novas máquinas e equipamentos, além da renovação da frota para recuperar a capacidade operacional e reservas para um fluxo de caixa mínimo para rodar a operação.

5.7. Pagamento das obrigações do PRJ

Os valores dos créditos foram extraídos da lista de credores apresentada pela Rosalito junto ao processo de Recuperação Judicial, os quais são viáveis de serem pagos conforme fluxo de caixa abaixo apresentado:

Fluxo de Caixa (Valores em R\$)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11
Saldo Inicial de Caixa	0	3.381.632	6.046.947	4.891.527	11.301.261	14.688.513	16.877.628	14.822.223	19.416.344	18.320.146	12.721.873
Entradas Operacionais	204.837.549	296.587.890	348.752.381	396.896.054	452.407.692	526.583.427	544.113.367	572.180.203	598.593.063	626.326.566	655.446.744
Saídas Operacionais	-191.459.192	-284.151.030	-344.173.053	-388.599.085	-446.812.344	-521.967.364	-543.351.611	-564.891.967	-597.181.140	-630.359.365	-639.523.364
Saldo Operacional	13.378.356	12.436.860	4.579.328	8.296.968	5.595.349	4.716.062	761.756	7.288.236	1.411.923	-4.032.799	15.923.380
(-) CAPEX	-	-336.000	-1.319.127	-1.387.135	-1.707.997	-2.026.847	-2.317.061	-2.194.014	-2.008.021	-1.065.374	-885.601
Saldo Investimentos	0	-336.000	-1.319.127	-1.387.135	-1.707.997	-2.026.847	-2.317.061	-2.194.014	-2.008.021	-1.065.374	-885.601
Juros + Principal DIP Finance	-5.515.724	-9.431.244	-3.915.520	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Classe I	-4.481.000										
(-) Classe II			-140.400	-140.400	-140.400	-140.400	-140.400	-140.400	-140.400	-140.400	-140.400
(-) Classe III			-351.100	-351.100	-351.100	-351.100	-351.100	-351.100	-351.100	-351.100	-351.100
(-) Classe IV		-4.300	-8.600	-8.600	-8.600	-8.600	-8.600	-8.600	-8.600	-8.600	-8.600
Saldo Financeiro	-9.996.724	-9.435.544	-4.415.620	-500.100	-500.100	-500.100	-500.100	-500.100	-500.100	-500.100	-500.100
Geração de Caixa	3.381.632	2.665.315	-1.155.420	6.409.734	3.387.252	2.189.115	-2.055.405	4.594.121	-1.096.198	-5.598.273	14.537.679
Saldo de Caixa Final	3.381.632	6.046.947	4.891.527	11.301.261	14.688.513	16.877.628	14.822.223	19.416.344	18.320.146	12.721.873	27.259.552

Fluxo de Caixa (Valores em R\$)	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21	Ano 22
Saldo Inicial de Caixa	27.259.552	37.812.133	32.102.523	38.038.890	45.659.630	41.927.790	35.940.895	46.863.164	63.506.302	69.514.878	99.018.814
Entradas Operacionais	686.022.931	718.127.928	751.838.174	863.269.541	864.340.077	900.594.002	949.514.316	1.001.269.707	1.055.250.741	1.148.203.014	1.052.109.770
Saídas Operacionais	-674.355.315	-723.073.218	-745.401.707	-845.148.701	-857.571.818	-906.085.097	-938.100.547	-984.135.069	-1.048.750.665	-1.118.207.578	-1.046.944.288
Saldo Operacional	11.667.615	-4.945.290	6.436.467	8.120.840	-3.231.741	-5.491.094	11.413.769	17.134.637	6.500.076	29.995.436	5.165.482
(-) CAPEX	-614.935	-264.220	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Saldo Investimentos	-614.935	-264.220	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Juros + Principal DIP Finance	0	0	0	0							
(-) Classe I											
(-) Classe II	-140.400	-140.400	-140.400	-140.400	-140.400	-140.400	-140.400	-140.400	-140.400	-140.400	-140.400
(-) Classe III	-351.100	-351.100	-351.100	-351.100	-351.100	-351.100	-351.100	-351.100	-351.100	-351.100	-351.100
(-) Classe IV	-8.600	-8.600	-8.600	-8.600	-8.600	-4.300	0	0	0	0	0
Saldo Financeiro	-500.100	-500.100	-500.100	-500.100	-500.100	-495.800	-491.500	-491.500	-491.500	-491.500	-491.500
Geração de Caixa	10.552.581	-5.709.610	5.936.367	7.620.740	-3.731.841	-5.986.894	10.922.269	16.643.137	6.008.576	29.503.936	4.673.983
Saldo de Caixa Final	37.812.133	32.102.523	38.038.890	45.659.630	41.927.790	35.940.895	46.863.164	63.506.302	69.514.878	99.018.814	103.692.797

Foram considerados premissas de acordo com o Plano de recuperação judicial.

5.7.1. Proposta de pagamento aos credores

A direção da Rosalito apresentou a seguinte proposta de pagamento aos seus credores:

5.7.1.1. Credores Trabalhistas (Classe I)

- Carência: 0(zero) meses para início dos pagamentos;
- Deságio: 0% (Não haverá deságio);
- Juros: Não haverá incidência de juros.
- Pagamento: Será realizado em até 12 parcelas.

5.7.1.2. Credores com Garantia Real (Classe II)

- Carência: 24 (vinte e quatro) meses;
- Deságio: 85% (Oitenta e cinco por cento);
- Juros: TR + 0,5% ao ano
- Pagamento: 15% (quinze por cento) do valor indicado no QGC;

5.7.1.3. Credores Quirografários (Classe III)

- Carência: 24 (vinte e quatro) meses;
- Deságio: 85% (Oitenta e cinco por cento);
- Juros: TR + 0,5% ao ano
- Pagamento: 15% (vinte por cento) do valor indicado no QGC;

5.7.1.4. Credores ME e EPP (Classe IV)

- Carência: 18 (dezoito) meses;
- Deságio: 75% (setenta e cinco por cento);
- Juros: TR + 0,5% ao ano
- Pagamento: 25% (vinte e cinco por cento) do valor indicado no QGC;

5.8. Amortização de pagamento da Recuperação Judicial

Conforme Plano de Recuperação apresentado, foi projetado o fluxo abrangendo os 22 anos previstos para o pagamento.

ANO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
(-) Total de Amortizações Dívidas da RJ	4.481	4,3	500	500	500	500	500	500	500	500	500
(-) Classe I - Trabalhista	4.481										
(-) Classe II - Garantia Real			140	140	140	140	140	140	140	140	140
(-) Classe III - Quirografário			351	351	351	351	351	351	351	351	351
(-) Classe IV - Quiro / Me e EPP		4,3	8,6	8,6	8,6	8,6	8,6	8,6	8,6	8,6	8,6

ANO	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
(-) Total de Amortizações Dívidas da RJ	500	500	500	500	500	496	492	492	492	492	492
(-) Classe I - Trabalhista											
(-) Classe II - Garantia Real	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140
(-) Classe III - Quirografário	351	351	351	351	351	351	351	351	351	351	351
(-) Classe IV - Quiro / Me e EPP	8,6	8,6	8,6	8,6	8,6	4,3	0	0	0	0	0

5.9. Análise de viabilidade

O Plano de Recuperação apresentado pela Rosalito se baseia no aumento de vendas tanto para o mercado varejista, quanto para grandes redes (atacado), mas principalmente não deixando de lado as parcerias estratégicas, bem como na possibilidade de venda de participação acionária e de UPIs para pagamento de seus credores. A geração de caixa da empresa, no que se refere à projeção para os próximos 22 anos, guardando as devidas premissas, torna-se totalmente viável o pagamento das dívidas listada na recuperação judicial e a manutenção da operação.

6. CONCLUSÃO

Confirmando as projeções, com o aumento na receita e os ajustes de com cortes nos custos e despesas, recuperando a capacidade produtiva através dos investimentos físicos, assim como estando corretos todos os dados e bases internas de informações que analisamos, somos da opinião que o Plano de Recuperação da Rosalito é viável do ponto de vista econômico-financeiro. Respeitando-se as condições dos cenários apresentados e tendo por base o trabalho, os modelos e ferramentas gerenciais aplicados, de acordo com a prática usual de nossa atividade. Essa conclusão não abrange uma opinião sobre a capacidade comercial e operacional da Rosalito em atingir tais resultados, o que está ainda sujeito ao impacto de fatores externos diversos e que, fogem ao controle do grupo, seus administradores e sócios.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

Reforçamos que este documento foi elaborado com base em informações colhidas na base de dados interna da Rosalito, assim como em informações de mercado colhida em fontes externas e de acordo com as práticas do setor. Todavia, as projeções realizadas poderão não se verificar em vista de riscos normais de mercado, por razões não previstas ou não previsíveis nesse momento, ou mesmo em razão de sua implementação, que estará a cargo da administração. A TBS Tax and Business Solutions reserva-se no direito de revisar as projeções aqui contidas a qualquer tempo, conforme as variáveis econômicas, operacionais e de mercado sejam alteradas ou demais condições provoquem mudanças nas bases de estudo.

São Paulo, 20 de abril de 2021

Atenciosamente,



TBS – Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.



Solicitante: Cerealista Rosalito

Proprietários: Cerealista Rosalito

Tipo: Avaliação dos Bens Móveis e Ativos do Imobilizado

Laudo de Avaliação Nº 21 7477

Endereço: Rodovia João Baptista Cabral Rennó, km 319 – Santa Cruz do Rio Pardo - SP



ÍNDICE

1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	3
1.1. OBJETIVO.....	4
2. INFORMAÇÕES DO AVALIADOR.....	5
3. ESCOPO DE VERIFICAÇÃO	6
3.1. PRELIMINARES.....	6
3.2. LEVANTAMENTO DE CAMPO.....	6
3.3. DADOS OPERACIONAIS.....	6
3.4. DEPRECIAÇÃO	7
3.5. LOCALIZAÇÃO DOS ATIVOS.....	7
4. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9
4.1. METODOLOGIA.....	9
4.2. DETERMINAÇÃO DOS VALORES	10
4.3. VALORES ESTABELECIDOS NO LAUDO	10
4.4. DETERMINAÇÃO DO VALOR DE MERCADO.....	11
4.5. DEPRECIAÇÃO E VIDA ÚTIL	11
5. GRAU DE FUNDAMENTAÇÃO DO LAUDO.....	13
6. PREMISSAS E LIMITES DO ESCOPO	15
7. RESULTADO DA AVALIAÇÃO.....	16
8. ENCERRAMENTO	17

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Solicitante:	Cerealista Rosalito
---------------------	---------------------

OBJETO DA AVALIAÇÃO

Endereço:	Rodovia João Baptista Cabral Rennó, km 319 – Santa Cruz do Rio Pardo - SP
Tipo:	Bens e Ativos do Imobilizado
Proprietários:	Cerealista Rosalito
Objetivo:	Valor de Mercado
Finalidade	Avaliação Patrimonial - Recuperação Judicial
Data base:	Março de 2021

RESUMO DOS VALORES

VALOR DE MERCADO - VM

VM – R\$ 20.148.486

(vinte milhões, cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e seis reais)

Este Relatório e seus anexos contém o detalhamento do serviço executado, bem como a metodologia, premissas adotadas, ressalvas e relação dos bens com seus respectivos valores de reposição e mercado.

1.1. OBJETIVO

De acordo com a solicitação de V.Sas. e como resultado do serviço prestado, apresentamos a seguir o Relatório de Avaliação Patrimonial de determinados bens do ativo imobilizado para a data-base de **Março de 2021**, de propriedade das empresas **CEREALISTA ROSALITO**.

Entendemos que o propósito deste trabalho é fornecer o valor de mercado dos referidos ativos à **CONTRATANTE**, para fins de suporte nos **planos de recuperação judicial**. Nenhum outro objetivo pode ser subentendido ou inferido, bem como, este documento é para uso restrito da finalidade descrita acima. Os valores estão submetidos às condições do mercado específico de cada bem ou grupo de bens, sendo, portanto, válidos enquanto perdurarem as condições existentes à época da avaliação.

Na estimativa do valor dos ativos, nos baseamos no conceito de valor de mercado que, conforme definido pela norma brasileira, é a quantia mais provável pela qual se negociaria voluntariamente e conscientemente um bem, numa data de referência, dentro das condições do mercado vigentes, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Declaramos que a **ACTUAL INTELIGÊNCIA** e os profissionais responsáveis por esta avaliação não têm nenhum vínculo com os proprietários dos bens avaliando, quer através de seus sócios ou empregados, não tendo, portanto, quaisquer interesses pessoal ou financeiro nos ativos em análise.

2. INFORMAÇÕES DO AVALIADOR

Sediada em São José dos Campos/SP, a **ACTUAL INTELIGÊNCIA** reúne uma equipe multidisciplinar de especialistas, com mais de 20 anos de experiência na área de engenharia de avaliações, destaca-se no trabalho de engenharia consultiva, atendendo conceituadas companhias em todo território nacional.

Desenvolve trabalhos atendendo a todas as necessidades do Mercado de avaliações e gestão de ativos, com diligência e foco no cliente, visando sempre fornecer dados e ferramentas para a tomada de decisões, de modo preciso, com alto nível técnico e agilidade nas informações apresentadas.

De acordo com as exigências normativas e legislação vigente, a **ACTUAL INTELIGÊNCIA** atende as qualificações vinculadas as atividades de engenharia de avaliações, realizadas por profissionais habilitados e capacitados, com observância de suas atribuições e competências profissionais legalmente definidas, onde para as diversas finalidades de avaliação, possui considerável acervo técnico junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Nossos clientes atendidos mais recentemente são:

- **IOCHP-MAXION**
- **VOITH MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**
- **FRAPORT BRASIL**
- **UNIMED SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**
- **GRUPO NAGUMO SUPERMERCADOS**
- **GJP HOTEIS E RESORTS**
- **SAFRAN CABIN BRAZIL**
- **MELHORAMENTOS FLORESTAL**
- **LAVORO AGROCOMERCIAL**
- **FUJI FILM**

3. ESCOPO DE VERIFICAÇÃO

Para o desenvolvimento dos estudos a **CONTRATANTE** disponibilizou os arquivos e documentos necessários para coleta de informações e análise dos dados. A caracterização destes bens para avaliação exigiu um minucioso levantamento técnico, para uma apreciação crítica de seus elementos conforme roteiro abaixo:

3.1. PRELIMINARES

- Identificação dos bens a serem avaliados, listados pela solicitante;
- Familiarização da equipe avaliadora com os bens, verificando sua natureza, operacionalidade geral das unidades componentes e eficiência operacional do conjunto, ainda estado e conservação na presente data.

3.2. LEVANTAMENTO DE CAMPO

Para coleta de informações, foram feitas consultas nas áreas de interesse, onde foram tratadas questões de ordem técnica tais como:

- Antecedentes internos: investimentos em substituições dos bens, informações relacionadas à sobrevivência dos ativos, informações contábeis, especificações técnicas e inventários físicos existentes;
- Antecedentes externos: informações referentes ao ambiente econômico onde a entidade opera, novas tecnologias, benchmarking, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens;
- Estado de conservação dos bens: informações referentes a manutenção, falhas e eficiência dos bens; e outros dados que servem de padrão de comparação, todos suportados, dentro do possível, pelos documentos relativos aos bens avaliados.

3.3. DADOS OPERACIONAIS

Levantamento das características originais e individuais de cada equipamento, tais como; Designação, Fabricante, Modelo e tipo, Data da aquisição, Capacidade e potência, Produção nominal, Características especiais dentre outros.

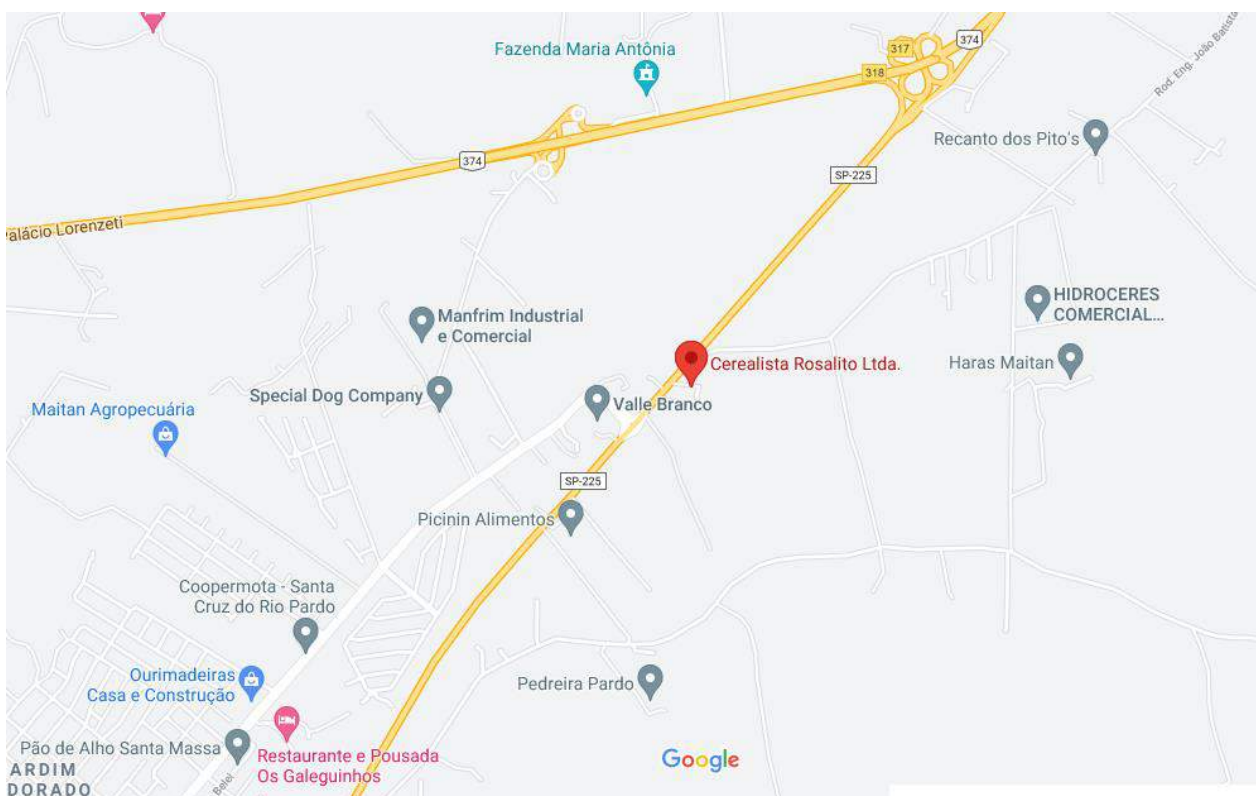
3.4. DEPRECIÇÃO

Analizamos os fatores de depreciação sob dois prismas, a depreciação de ordem física, provinda das avarias bruscas, acidentais e desgaste constante. A depreciação de ordem funcional, é advinda da inadequação, superação e anulação.

3.5. LOCALIZAÇÃO DOS ATIVOS

Os Bens listados e fotografados estão localizados nas seguintes unidades:

3.5.1. Localização – Unidade Santa Cruz do Rio Pardo/SP:



- Mapa de Localização do Imóvel -



- Vista Aérea do Imóvel -



- Vista Aérea do Imóvel -

4. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

4.1. METODOLOGIA

O presente laudo de avaliação foi executado segundo as diretrizes da norma NBR 14653-5 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e estudos publicados pelo IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, assim como as demais determinações contidas na legislação vigente.

Os objetos da avaliação são assim definidos pela ABNT através da NBR 14653-5:

Máquina	<i>“Todo e qualquer aparelho, composto por um ou mais equipamentos, destinado a executar uma ou mais funções específicas a um trabalho ou à produção industrial.”</i>
Equipamento	<i>“Qualquer unidade auxiliar de máquina.”</i>
Instalação	<i>“Conjunto de materiais, sistemas, redes, equipamentos e serviços, para apoio operacional a uma máquina isolada, linha de produção ou unidade industrial, conforme grau de agregação.”</i>

Durante a vistoria física dos bens, os mesmos foram caracterizados com informações referentes ao fabricante, modelo, tipo, capacidade de produção, equipamentos periféricos, número de série, ano de fabricação, características especiais, operacionalidade, obsolescência, condições de manutenção corretiva, preventiva e estado de conservação. Em equipamentos fabricados ou projetados pelo cliente, essas informações foram coletadas junto ao departamento técnico da empresa.

4.2. DETERMINAÇÃO DOS VALORES

Para os bens produzidos e comercializados normalmente no mercado, os valores e custos foram calculados pelo Método Comparativo direto de dados de mercado, conforme:

Comparativo direto de mercado	<i>“Identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra.”</i>
--------------------------------------	---

No método comparativo direto de dados de mercado, as características diferentes foram tratadas por critérios fundamentados, contempladas as diferentes funções, desempenhos operacionais, estruturas construtivas e itens opcionais.

Por sua vez, para os demais casos e as máquinas e equipamentos projetados internamente (pela empresa avaliando) e construídos sob encomenda, os valores e custos foram calculados pelo método do custo (comparativo direto ou quantificação), conforme:

Comparativo de custo direto	<i>“Identifica o custo do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra.”</i>
------------------------------------	--

Quantificação do custo	<i>“Identifica o custo do bem ou de suas partes por meio de orçamentos sintéticos ou analíticos, a partir das quantidades de serviços e respectivos custos diretos e indiretos.”</i>
-------------------------------	--

4.3. VALORES ESTABELECIDOS NO LAUDO

O **Valor de reprodução ou reposição** foi determinado através de pesquisa efetuada junto a fornecedores nacionais e estrangeiros, representantes comerciais, fabricantes e revendedores ou ainda através de consultas ao nosso banco de dados.

A pesquisa visa determinar o custo para se repor o bem avaliando por outro novo, ou por seu similar de mercado, caso o mesmo tenha a produção descontinuada à época da execução da avaliação.

4.5. DEPRECIÇÃO E VIDA ÚTIL

Para o cálculo de depreciação utilizamos o Método Linear, que é o mais utilizado no Brasil. Este método distribui o custo de depreciação dos bens exclusivamente em função do tempo, considerando o desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência normal.

Podem ser depreciados todos os bens físicos sujeitos a desgaste pelo uso ou por causas naturais ou obsolescência normal, tais como máquinas, equipamentos e instalações. O critério usual de cálculo das cotas de depreciação pelo método linear é o mais aceito pela legislação vigente.

4.5.1. Determinação da Vida Útil

Conforme recomendações do pronunciamento técnico CPC27 – Ativo imobilizado, “o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil”.

Os seguintes fatores foram considerados na determinação da vida útil:

- Expectativa de uso do ativo que é avaliado com base na capacidade ou produção física esperada do bem;
- Desgaste físico normal esperado, que depende de fatores operacionais tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparos e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço derivado do ativo;

Fórmula para determinação do saldo de vida remanescente em quantidade de anos:

$$VUR = FD \times VU$$

Onde:

VUR = Vida útil remanescente – em quantidade de anos

FD = Fator de depreciação

VU = Vida Útil física inicial em quantidade de anos (diferenciada por classe e família de bem)

5. GRAU DE FUNDAMENTAÇÃO DO LAUDO

Para a realização deste trabalho foram seguidos os critérios e diretrizes da NBR 14653-5 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, atendendo o **Grau I de Fundamentação**.

Tabela 1 - Graus de Fundamentação para avaliação de máquinas, equipamentos ou instalações isoladas

Item	Pontuação	Descrição	Grau		
			III	II	I
1	1	Vistoria	Caracterização completa e identificação do bem, incluindo seus componentes, acessórios, painéis e acionamentos	Caracterização sintética do bem e seus principais complementos, com fotografias	Caracterização sintética do bem, com fotografia
2	1	Funcionamento	O funcionamento foi observado pelo engenheiro de avaliações e as condições de produção, eficiência e manutenção estão relatadas no laudo	O Funcionamento foi observado pelo engenheiro de avaliações	Não foi possível observar o funcionamento
3	1	Fontes de informação e dados de mercado	Para custo de reedição: cotação direta do bem novo no fabricante, para a mesma especificação ou pelo menos três cotações de bens novos similares Para valor de mercado: no mínimo três dados de mercado de bens similares no estado do avaliando As informações e condições de fornecimento devem estar documentadas no laudo	Para custo de reedição: cotação direta do bem novo no fabricante, para a mesma especificação ou pelo menos duas cotações de bens novos similares Para valor de mercado: no mínimo dois dados de mercado de bens similares no estado do avaliando As informações e condições de fornecimento devem estar documentadas no laudo	Para custo de reedição: uma cotação direta para bem novo similar Para valor de mercado: um dado de mercado de bem similar no estado do avaliando Citada a fonte da informação
4	2	Depreciação	Implícita no valor de mercado do bem	Calculada por metodologia consagrada	Arbitrada
Total	5	Laudo enquadrado no Grau I			

Conforme as especificações observadas na tabela 1, de acordo com os pontos mínimos e os itens obrigatórios atingidos, o presente laudo, alcança um mínimo de **5 pontos**.

Para fins de enquadramento global do laudo em graus de fundamentação, conforme a norma NBR 15.653-5, foram considerados os seguintes critérios:

- O atendimento a cada exigência do grau I terá 1 ponto; do grau II, 2 pontos; e do grau III, 3 pontos.
- O enquadramento global do laudo considerou a soma de pontos obtidos para o conjunto de itens, atendendo a tabela 2.

Tabela 2 – Enquadramento segundo seu grau de fundamentação, para avaliação de máquinas, equipamentos ou instalações isoladas

Graus	III	II	I
Pontos mínimos	10	6	4
Restrições	Todos os itens no mínimo no grau II	Itens 2 e 4 no mínimo no grau II e os demais no mínimo no grau I	Todos os itens no mínimo no grau I

O grau de agregação do presente laudo considerou as máquinas, equipamentos e instalações isoladas para avaliação. Foram coletadas informações relativas aos itens principais e secundários, bem como suas condições de manutenção e suas principais características.

6. PREMISSAS E LIMITES DO ESCOPO

A metodologia de avaliação patrimonial empregada neste trabalho é amparada nas mais recentes normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e ASA – American Society of Appraisers, que disciplinam conceitos, estabelecem os critérios a serem empregados em trabalhos de avaliação patrimonial, definem os métodos para determinação dos valores e visam os graus de fundamentação das avaliações, entre outras prescrições.

Ressaltamos, ainda, que todas as atividades relacionadas à avaliação patrimonial foram desenvolvidas por profissionais tecnicamente habilitados nas respectivas modalidades de engenharia, atendendo ao disposto nas Leis 5.194 (24/12/1966) e 8.708 (set/1990) e nas Resoluções 218 (29/06/1973) e 345 (jul/1990) do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

Não foram avaliados e analisados neste trabalho, os seguintes ativos:

- Ativos sem substância física, como Marcas, Patentes, Carteira de Clientes, softwares, dentre outros de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 4 – Ativo Intangível;
- Itens de almoxarifado classificados como Estoques de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 16 - Estoques;
- Benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros.

A documentação fornecida pela contratante utilizada na elaboração do presente Laudo, relação de ativos do imobilizado, é considerada por nós como fidedigna.

7. RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Os bens do ativo imobilizado de propriedade das empresas citadas foram avaliados conforme objetivo, premissas e ressalvas descritos anteriormente e apresentam, na data base de **Março de 2021**, Valores de Reposição e Mercado conforme quadro abaixo, considerando-os livres de quaisquer ônus ou outros gravames.

VALORES APURADOS

VALOR DE MERCADO - VM

VM – R\$ 20.148.486

(vinte milhões, cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e seis reais)

A **ACTUAL INTELIGÊNCIA** se responsabiliza pela manutenção do mais absoluto sigilo com relação às informações que venha a conhecer por ocasião da execução dos serviços.

Salienta-se que os valores e resultados desta avaliação devem ser perfeitamente compreendidos e utilizados para a finalidade à que se propõem.

8. ENCERRAMENTO

Este Laudo que consta de 17 (dezessete) folhas foi redigido impresso e rubricado, sendo que esta última folha está datada e assinada.

O presente laudo apresenta as reais condições dos bens, conforme vistoria efetuada.

Em anexo:

I – Documentação Fotográfica;

II – Listagem dos Bens.

No anseio de termos atingido as expectativas de V.Sas., colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

São José dos Campos, 23 de Abril de 2021.



ENGENHEIRO RESPONSÁVEL
ALEXANDRE BESSA FERNANDES
CREA-SP 5069652859



ACTUAL INTELIGÊNCIA
CREA-SP 2048780



MARIO SERGIO CARDIM NETO
ECONOMISTA
CORECON n.º 3941 - 2a. Região – SP



MARIO SERGIO M.B. CARDIM
ENGENHEIRO MECÂNICO
CREA-SP 5061894681

I – DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



- PRÉ LIMPEZA -



- SILOS -



- ELEMENTOS TRANSPORTADORES -



- DESCASCADORES -



- SEPARADOR DE MARINHEIROS -



- BRUNIDORES E POLIDORES-



- CLASSIFICADORAS ELETRÔNICAS -



- CLASSIFICADORAS ELETRÔNICAS -



- SISTEMA DE EMPACOTAMENTO -



- SISTEMA DE EMPACOTAMENTO -



- SISTEMA DE EMPACOTAMENTO -



- ENVOLVEDORA DE STRECH -



- ENVOLVEDORA DE STRECH -



- SISTEMA DE DESPOLUIÇÃO E TRANSPORTE -



- LIMPEZA DE FEIJÃO -



- CATADOR DE PEDRAS -



- PENEIRAS MULTIDECK -



- CATADOR DE PEDRAS DE FEIJÃO -



- ESCOVA POLIDORA DE FEIJÃO -



- POLIDOR DE FEIJÃO -



- CLASSIFICADOR E PENEIRAS -



- CLASSIFICADOR E PENEIRAS -



- SISTEMA DE RESFRIAMENTO DE SEMENTES -



- SISTEMA DE SECAGEM DE FEIJÃO -



- SISTEMA DE SECAGEM DE FEIJÃO -



- TOMBADOR PARA DESCARGA -



- TOMBADOR PARA DESCARGA -



- MOINHO DE MARTELO -



- BALANÇA RODOVIÁRIA -



--



- EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO -



- COMPRESSORES DE AR -



- COMPRESSORES DE AR -



- COMPRESSORES DE AR -



- GRUPO GERADOR -



- TRANSFORMADORES -



- EMPILHADEIRA MITSUBISHI -



- EMPILHADEIRA MITSUBISHI -



- EMPILHADEIRA ELÉTRICA STILL -



- VEÍCULOS -



- VEÍCULOS -



- VEÍCULOS -



- VEÍCULOS -



- VEÍCULOS -

II – LISTAGEM DE BENS

VEÍCULO PLACA	ANO/MOD	MARCA	MODELO	ALIENAÇÃO	VALOR DE MERCADO
EAC-4770	2009/2009	SCANIA	SCANIA/P 340 A4X2	Bradesco	148.450,00
FXI-4988	2018/2019	VOLKS	VW/25.420 CTC 6X2	BB Consórcio	255.524,00
FBY6754	2015/2015	VOLKS	VW/19.330 CTC 4X2	Santander	173.105,00
ETW-8947	2011/2012	VOLVO	VOLVO/FM 370 6X2T	Santander	169.045,00
FSP-2520	2014/2014	VOLKS	VW/19.330 CTC 4X2	Santander	162.842,00
FXR-0890	2014/2014	VOLKS	VW/19.330 CTC 4X2	Santander	162.842,00
FXT3280	2014/2014	VOLKS	VW/19.330 CTC 4X2	Santander	162.842,00
FYL-7560	2014/2014	VOLKS	VW/25.390 CTC 6X2	Santander	162.842,00
FEA-3761	2012/2012	SCANIA	SCANIA/P 250 B8X2	Santander	150.165,00
FEA-3762	2012/2012	SCANIA	SCANIA/P 250 B8X2	Santander	150.165,00
FHL-6983	2012/2012	SCANIA	SCANIA/P 250 B8X2	Santander	150.165,00
FEA-3263	2012/2012	VOLKS	VW/24.280 CRM 6X2	Safra	143.284,00
EAC-4927	2009/2010	VOLVO	VOLVO/FM 370 6X2T	Bradesco	131.422,00
ETW-9562	2011/2012	VOLKS	VW/24.250 CLC 6X2	Santander	131.001,00
GFO-3269	2017/2017	FACCHINI SEMI-REBOQUE FURGÃO	SR/FACCHINI SRF LO	BB Consórcio	120.620,00
DUT-7816	2007/2008	MB	M.BENZ/AXOR 2540 S	Bradesco	119.648,00
EPI-9871	2010/2011	VOLKS	VW/19.320 CLC TT	Bradesco	112.280,00
EAC-5029	2009/2009	MB	M.BENZ/AXOR 1933 S	Bradesco	98.554,00
EAC-4386	2008/2009	VOLKS	VW/19.320 CLC TT	Bradesco	94.008,00
FEA-3435	2012/2012	TOYOTA	I/TOYOTA HILUX CD4X4 SRV	s/ gravame	83.594,00
DUT-7619	2007/2007	MB	M.BENZ/AXOR 1933 S	Bradesco	81.309,00
DUT-7752	2007/2007	MB	M.BENZ/AXOR 1933 S	Sicredi	81.309,00
DGQ-0443	2003/2004	VOLKS	VW/23.220	Bradesco	80.598,00
FHL-7257	2013/2013	FACCHINI SEMI-REBOQUE FURGÃO	SR/FACCHINI SRF LO	s/ gravame	78.240,00
DQR-8645	2006/2006	MB	M.BENZ/AXOR 1933 S	Bradesco	77.173,00
DFI-3292	2002/2002	VOLKS	VW/23.210 MOTOR CUMMINS	Bradesco	68.596,00
FHL-7008	2012/2013	FORD	I/FORD EDGE V6	s/ gravame	66.464,00
ETW-9375	2011/2012	FACCHINI SEMI-REBOQUE FURGÃO	SR/FACCHINI SRF LO	s/ gravame	65.200,00
CXS-7526	2000/2000	MB	M.BENZ/1720	Sicredi	58.544,00
CTX-6803	1991/1991	SCANIA	SCANIA/T112 HW 4X2	Sicredi	56.362,00
EAC-4531	2009/2009	FACCHINI SEMI-REBOQUE FURGÃO	SR/FACCHINI SRF LO	Sicredi	52.160,00
EAC-4532	2009/2009	FACCHINI SEMI-REBOQUE FURGÃO	SR/FACCHINI SRF LO	s/ gravame	52.160,00
EAC-5021	2009/2009	FACCHINI SEMI-REBOQUE FURGÃO	SR/FACCHINI SRF LO	BRADESCO	52.160,00
EAC-5022	2009/2009	FACCHINI SEMI-REBOQUE FURGÃO	SR/FACCHINI SRF LO	BRADESCO	52.160,00
ETW-9580	2011/2012	KIA	I/KIA SORENTO EX2 2.4G27	s/ gravame	51.666,00
EAC-4384	2008/2008	FACCHINI SEMI-REBOQUE FURGÃO	SR/FACCHINI SRF LO	s/ gravame	45.640,00
EAC-4385	2008/2008	FACCHINI SEMI-REBOQUE FURGÃO	SR/FACCHINI SRF LO	s/ gravame	45.640,00
FPJ-1800	2014/2015	CHEVROLET	CHEVROLET/ONIX 1.4MT LT	s/ gravame	41.220,00
DUT-7415	2006/2007	FACCHINI SEMI-REBOQUE FURGÃO	SR/FACCHINI SRF LO	BRADESCO	40.750,00
DUT-7416	2006/2007	FACCHINI SEMI-REBOQUE FURGÃO	SR/FACCHINI SRF LO	BRADESCO	40.750,00
DUT-7663	2007/2007	FACCHINI SEMI-REBOQUE FURGÃO	SR/FACCHINI SRF LO	BRADESCO	40.750,00
DUT-7802	2007/2008	PASTRE SEMI-REBOQUE GRANELEIRO	SR/PASTRE SRCAB 2E	BRADESCO	38.750,00
EAC-5368	2009/2010	GM/S10	GM/S10 ADVANTAGE S	s/ gravame	35.442,00
FHL-7004	2013/2013	SCANIA	SCANIA/P 360 A6X2	Santander	233.708,00
FHL-7126	2013/2013	SCANIA	SCANIA/P 250 B8X2	Bradesco	169.202,00
FHL-7458	2013/2013	SCANIA	SCANIA/P 250 B8X2	Santander	169.202,00
FHL-7751	2013/2013	SCANIA	SCANIA/P 250 B8X2	Bradesco Finame	169.202,00
FHL-7752	2013/2013	SCANIA	SCANIA/P 250 B8X2	Bradesco Finame	169.202,00
FHL-7b27	2013/2013	SCANIA	SCANIA/P 250 B8X2	Safra	169.202,00
DGQ-0369	2003/2003	FACCHINI SEMI-REBOQUE FURGÃO	SR/FACCHINI SRF LO	s/ gravame	26.080,00
DGQ-0554	2004/2004	FACCHINI SEMI-REBOQUE FURGÃO	SR/FACCHINI SRF LO	Sicredi	26.080,00
DGQ-0744	2004/2004	FACCHINI SEMI-REBOQUE FURGÃO	SR/FACCHINI SRF LO	s/ gravame	26.080,00
DGQ-0481	2003/2004	RANDON BITREM	SR/RANDON SR CA	Sicredi	36.000,00
DGQ-0482	2003/2004	RANDON BITREM	SR/RANDON SR CA	Sicredi	36.000,00
BJP-0993	1993/1993	REBOQUE FURGÃO NOMA	SR/NOMA	Sicredi	26.080,00
CTX-5979	1991/1991	SEMI-REBOQUE RONDON	REB/RANDON SR GR TR	Sicredi	26.080,00

Fabricante	OPERAÇÃO	MODELO	CLASSE	F.D.	VALOR DE MERCADO
Tecmoageira TMSA	Pré-limpeza	TM-MPL 32	Máquinas e Equipamentos	0,45	257.282
Casp S.A.	Silos		Instalações Industriais	0,42	3.334.179
Casp S.A.	Elementos Transportadores		Instalações Industriais	0,42	827.467
Lucato	Descascadores	DL 70	Máquinas e Equipamentos	0,48	397.320
Suzuki	Separador de marinheiros	SPM 80	Máquinas e Equipamentos	0,51	481.626
Satake	Brunidores e polidores	VTA e KB40	Máquinas e Equipamentos	0,62	992.451
Satake	Classificadoras Eletrônicas	Alpha Scan	Máquinas e Equipamentos	0,62	2.671.680
Tecnotok	Sistema de Empacotamento		Máquinas e Equipamentos	0,72	1.192.832
Robopac/Alpack	Envolvedora de Strech	Alpack / Robopac	Máquinas e Equipamentos	0,44	52.080
Comaquil	Sistema de despoluição e transporte		Instalações Industriais	0,47	344.250
Tecnal	Limpeza de feijão	Pneutec 8 e T60PL	Máquinas e Equipamentos	0,63	129.134
Sangati Berga	Catador de pedras	SGS T/30	Máquinas e Equipamentos	0,63	218.378
Cool Seed	Sistema de resfriamento arroz	PCS 60	Máquinas e Equipamentos	0,58	229.220
Cool Seed	Sistema de secagem de feijão	UTA 60 / SAX 45	Máquinas e Equipamentos	0,58	509.255
Multivibro	Peneiras Multideck	Multideck MC-S-15.5.6	Máquinas e Equipamentos	0,55	95.832
Novo Horizonte	Escova polidora de feijão		Máquinas e Equipamentos	0,45	22.796
Saur	Tombador para descarga	S-80-40-21	Instalações Industriais	0,72	672.289
Zaccaria	Polidor de feijão	PCLZ 2	Máquinas e Equipamentos	0,55	127.950
Zaccaria	Catador de pedras feijão	SDZ/CF-2S	Máquinas e Equipamentos	0,55	100.703
Zaccaria	Classificador e peneiras arroz	TRIZ / CCRZ	Máquinas e Equipamentos	0,55	822.976
Moinhos Tigre	Moinhos de martelos -sub produtos	Tigre	Máquinas e Equipamentos	0,59	133.840
Mitsubishi	Empilhadeiras		Equipamentos de Transportes	0,61	289.179
Still	Empilhadeira elétrica	EGV14	Equipamentos de Transportes	0,72	49.020
Balanças Jundiáí	Balança rodoviária	BJ-850	Instalações Industriais	0,55	190.760
Atlas Copco	Compressores de ar	GA 75VSD/GA45 FF/GA 1	Instalações Industriais	0,40	280.841
Stemac	Grupo gerador		Instalações Industriais	0,60	86.173
Zago	Transformadores	750 / 300 / 150 / 75	Instalações Industriais	0,60	65.765
Laboratório	Equipamentos de laboratório		Equipamentos e Instrumentos de Medição	0,61	36.900
Saur	Coletor de amostras hidráulico	CAS 180	Máquinas e Equipamentos	0,64	68.750
		Sub-total	Máquinas e Equipamentos	R\$	14.680.927
		Sub-total	Veículos	R\$	5.467.559
			Total	R\$	20.148.486

Solicitante: Cerealista Rosalito Ltda

Proprietários: Cerealista Rosalito Ltda

Tipo: Avaliação dos Bens Móveis e Ativos do Imobilizado

Laudo de Avaliação Nº 21 7481

Endereço: Filial Uruguaiana - R. Quatro, 1212-1744 - Santo Inácio, Uruguaiana - RS.



ÍNDICE

1. INFORMAÇÕES GERAIS	3
1.1. OBJETIVO.....	4
2. INFORMAÇÕES DO AVALIADOR.....	5
3. ESCOPO DE VERIFICAÇÃO	6
3.1. PRELIMINARES	6
3.2. LEVANTAMENTO DE CAMPO	6
3.3. DADOS OPERACIONAIS.....	6
3.4. DEPRECIAÇÃO	7
3.5. LOCALIZAÇÃO DOS ATIVOS	7
4. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	8
4.1. METODOLOGIA	8
4.2. DETERMINAÇÃO DOS VALORES.....	9
4.3. VALORES ESTABELECIDOS NO LAUDO	9
4.4. DETERMINAÇÃO DO VALOR DE MERCADO.....	10
4.5. DEPRECIAÇÃO E VIDA ÚTIL	10
5. GRAU DE FUNDAMENTAÇÃO DO LAUDO	12
6. PREMISSAS E LIMITES DO ESCOPO.....	14
7. RESULTADO DA AVALIAÇÃO	15
8. ENCERRAMENTO	16

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Solicitante:	Cerealista Rosalito Ltda
---------------------	--------------------------

OBJETO DA AVALIAÇÃO

Endereço:	Filial Uruguaiana - R. Quatro, 1212-1744 - Santo Inácio, Uruguaiana - RS.
Tipo:	Bens e Ativos do Imobilizado
Proprietários:	Cerealista Rosalito Ltda
Objetivo:	Valor de Mercado
Finalidade	Avaliação Patrimonial - Recuperação Judicial
Data base:	Março de 2021

RESUMO DOS VALORES

VALOR DE MERCADO – VM
VALOR DE LIQUIDAÇÃO FORÇADA – VLF
VM – R\$ 8.670.000,00
(oito milhões, seiscentos e setenta mil reais)
VLF– R\$ 6.069.000,00
(seis milhões e sessenta e nove mil reais)

Este Relatório e seus anexos contém o detalhamento do serviço executado, bem como a metodologia, premissas adotadas, ressalvas e relação dos bens com seus respectivos valores de reposição e mercado.

1.1. OBJETIVO

De acordo com a solicitação de V.Sas. e como resultado do serviço prestado, apresentamos a seguir o Relatório de Avaliação Patrimonial de determinados bens do ativo imobilizado para a data-base de **Março de 2021**, de propriedade da **Cerealista Rosalito Ltda.**

Entendemos que o propósito deste trabalho é fornecer o valor de mercado dos referidos ativos à **CONTRATANTE**, para fins de suporte nos **planos de recuperação judicial**. Nenhum outro objetivo pode ser subentendido ou inferido, bem como, este documento é para uso restrito da finalidade descrita acima. Os valores estão submetidos às condições do mercado específico de cada bem ou grupo de bens, sendo, portanto, válidos enquanto perdurarem as condições existentes à época da avaliação.

Na estimativa do valor dos ativos, nos baseamos no conceito de valor de mercado que, conforme definido pela norma brasileira, é a quantia mais provável pela qual se negociaria voluntariamente e conscientemente um bem, numa data de referência, dentro das condições do mercado vigentes, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Declaramos que a **ACTUAL INTELIGÊNCIA** e os profissionais responsáveis por esta avaliação não têm nenhum vínculo com os proprietários dos bens avaliando, quer através de seus sócios ou empregados, não tendo, portanto, quaisquer interesses pessoal ou financeiro nos ativos em análise.

2. INFORMAÇÕES DO AVALIADOR

Sediada em São José dos Campos/SP, a **ACTUAL INTELIGÊNCIA** reúne uma equipe multidisciplinar de especialistas, com mais de 20 anos de experiência na área de engenharia de avaliações, destaca-se no trabalho de engenharia consultiva, atendendo conceituadas companhias em todo território nacional.

Desenvolve trabalhos atendendo a todas as necessidades do Mercado de avaliações e gestão de ativos, com diligência e foco no cliente, visando sempre fornecer dados e ferramentas para a tomada de decisões, de modo preciso, com alto nível técnico e agilidade nas informações apresentadas.

De acordo com as exigências normativas e legislação vigente, a **ACTUAL INTELIGÊNCIA** atende as qualificações vinculadas as atividades de engenharia de avaliações, realizadas por profissionais habilitados e capacitados, com observância de suas atribuições e competências profissionais legalmente definidas, onde para as diversas finalidades de avaliação, possui considerável acervo técnico junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Nossos clientes atendidos mais recentemente são:

- **IOCHP-MAXION**
- **VOITH MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**
- **FRAPORT BRASIL**
- **UNIMED SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**
- **GRUPO NAGUMO SUPERMERCADOS**
- **GJP HOTEIS E RESORTS**
- **SAFRAN CABIN BRAZIL**
- **MELHORAMENTOS FLORESTAL**
- **LAVORO AGROCOMERCIAL**
- **FUJI FILM**

3. ESCOPO DE VERIFICAÇÃO

Para o desenvolvimento dos estudos a **CONTRATANTE** disponibilizou os arquivos e documentos necessários para coleta de informações e análise dos dados. A caracterização destes bens para avaliação exigiu um minucioso levantamento técnico, para uma apreciação crítica de seus elementos conforme roteiro abaixo:

3.1. PRELIMINARES

- Identificação dos bens a serem avaliados, listados pela solicitante;
- Familiarização da equipe avaliadora com os bens, verificando sua natureza, operacionalidade geral das unidades componentes e eficiência operacional do conjunto, ainda estado e conservação na presente data.

3.2. LEVANTAMENTO DE CAMPO

Para coleta de informações, foram feitas consultas nas áreas de interesse, onde foram tratadas questões de ordem técnica tais como:

- Antecedentes internos: investimentos em substituições dos bens, informações relacionadas à sobrevivência dos ativos, informações contábeis, especificações técnicas e inventários físicos existentes;
- Antecedentes externos: informações referentes ao ambiente econômico onde a entidade opera, novas tecnologias, benchmarking, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens;
- Estado de conservação dos bens: informações referentes a manutenção, falhas e eficiência dos bens; e outros dados que servem de padrão de comparação, todos suportados, dentro do possível, pelos documentos relativos aos bens avaliados.

3.3. DADOS OPERACIONAIS

Levantamento das características originais e individuais de cada equipamento, tais como; Designação, Fabricante, Modelo e tipo, Data da aquisição, Capacidade e potência, Produção nominal, Características especiais dentre outros.

3.4. DEPRECIÇÃO

Analizamos os fatores de depreciação sob dois prismas, a depreciação de ordem física, provinda das avarias bruscas, acidentais e desgaste constante. A depreciação de ordem funcional, é advinda da inadequação, superação e anulação.

3.5. LOCALIZAÇÃO DOS ATIVOS

Os Bens listados estão localizados nas seguintes unidades:

- Filial Uruguaiana - R. Quatro, 1212-1744 - Santo Inácio, Uruguaiana - RS.

4. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

4.1. METODOLOGIA

O presente laudo de avaliação foi executado segundo as diretrizes da norma NBR 14653-5 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e estudos publicados pelo IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, assim como as demais determinações contidas na legislação vigente.

Os objetos da avaliação são assim definidos pela ABNT através da NBR 14653-5:

Máquina	<i>“Todo e qualquer aparelho, composto por um ou mais equipamentos, destinado a executar uma ou mais funções específicas a um trabalho ou à produção industrial.”</i>
Equipamento	<i>“Qualquer unidade auxiliar de máquina.”</i>
Instalação	<i>“Conjunto de materiais, sistemas, redes, equipamentos e serviços, para apoio operacional a uma máquina isolada, linha de produção ou unidade industrial, conforme grau de agregação.”</i>

Durante a vistoria física dos bens, os mesmos foram caracterizados com informações referentes ao fabricante, modelo, tipo, capacidade de produção, equipamentos periféricos, número de série, ano de fabricação, características especiais, operacionalidade, obsolescência, condições de manutenção corretiva, preventiva e estado de conservação. Em equipamentos fabricados ou projetados pelo cliente, essas informações foram coletadas junto ao departamento técnico da empresa.

4.2. DETERMINAÇÃO DOS VALORES

Para os bens produzidos e comercializados normalmente no mercado, os valores e custos foram calculados pelo Método Comparativo direto de dados de mercado, conforme:

Comparativo direto de mercado	<i>“Identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra.”</i>
--------------------------------------	---

No método comparativo direto de dados de mercado, as características diferentes foram tratadas por critérios fundamentados, contempladas as diferentes funções, desempenhos operacionais, estruturas construtivas e itens opcionais.

Por sua vez, para os demais casos e as máquinas e equipamentos projetados internamente (pela empresa avaliando) e construídos sob encomenda, os valores e custos foram calculados pelo método do custo (comparativo direto ou quantificação), conforme:

Comparativo de custo direto	<i>“Identifica o custo do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra.”</i>
Quantificação do custo	<i>“Identifica o custo do bem ou de suas partes por meio de orçamentos sintéticos ou analíticos, a partir das quantidades de serviços e respectivos custos diretos e indiretos.”</i>

4.3. VALORES ESTABELECIDOS NO LAUDO

O **Valor de reprodução ou reposição** foi determinado através de pesquisa efetuada junto a fornecedores nacionais e estrangeiros, representantes comerciais, fabricantes e revendedores ou ainda através de consultas ao nosso banco de dados.

A pesquisa visa determinar o custo para se repor o bem avaliando por outro novo, ou por seu similar de mercado, caso o mesmo tenha a produção descontinuada à época da execução da avaliação.

4.5. DEPRECIÇÃO E VIDA ÚTIL

Para o cálculo de depreciação utilizamos o Método Linear, que é o mais utilizado no Brasil. Este método distribui o custo de depreciação dos bens exclusivamente em função do tempo, considerando o desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência normal.

Podem ser depreciados todos os bens físicos sujeitos a desgaste pelo uso ou por causas naturais ou obsolescência normal, tais como máquinas, equipamentos e instalações. O critério usual de cálculo das cotas de depreciação pelo método linear é o mais aceito pela legislação vigente.

4.5.1. Determinação da Vida Útil

Conforme recomendações do pronunciamento técnico CPC27 – Ativo imobilizado, “o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil”.

Os seguintes fatores foram considerados na determinação da vida útil:

- Expectativa de uso do ativo que é avaliado com base na capacidade ou produção física esperada do bem;
- Desgaste físico normal esperado, que depende de fatores operacionais tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparos e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço derivado do ativo;

Fórmula para determinação do saldo de vida remanescente em quantidade de anos:

$$VUR = FD \times VU$$

Onde:

VUR = Vida útil remanescente – em quantidade de anos

FD = Fator de depreciação

VU = Vida Útil física inicial em quantidade de anos (diferenciada por classe e família de bem)

5. GRAU DE FUNDAMENTAÇÃO DO LAUDO

Para a realização deste trabalho foram seguidos os critérios e diretrizes da NBR 14653-5 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, atendendo o **Grau I de Fundamentação**.

Tabela 1 - Graus de Fundamentação para avaliação de máquinas, equipamentos ou instalações isoladas

Item	Pontuação	Descrição	Grau		
			III	II	I
1	1	Vistoria	Caracterização completa e identificação do bem, incluindo seus componentes, acessórios, painéis e acionamentos	Caracterização sintética do bem e seus principais complementos, com fotografias	Caracterização sintética do bem, com fotografia
2	1	Funcionamento	O funcionamento foi observado pelo engenheiro de avaliações e as condições de produção, eficiência e manutenção estão relatadas no laudo	O Funcionamento foi observado pelo engenheiro de avaliações	Não foi possível observar o funcionamento
3	1	Fontes de informação e dados de mercado	Para custo de reedição: cotação direta do bem novo no fabricante, para a mesma especificação ou pelo menos três cotações de bens novos similares Para valor de mercado: no mínimo três dados de mercado de bens similares no estado do avaliando As informações e condições de fornecimento devem estar documentadas no laudo	Para custo de reedição: cotação direta do bem novo no fabricante, para a mesma especificação ou pelo menos duas cotações de bens novos similares Para valor de mercado: no mínimo dois dados de mercado de bens similares no estado do avaliando As informações e condições de fornecimento devem estar documentadas no laudo	Para custo de reedição: uma cotação direta para bem novo similar Para valor de mercado: um dado de mercado de bem similar no estado do avaliando Citada a fonte da informação
4	2	Depreciação	Implícita no valor de mercado do bem	Calculada por metodologia consagrada	Arbitrada
Total	5	Laudo enquadrado no Grau I			

Conforme as especificações observadas na tabela 1, de acordo com os pontos mínimos e os itens obrigatórios atingidos, o presente laudo, alcança um mínimo de **5 pontos**.

Para fins de enquadramento global do laudo em graus de fundamentação, conforme a norma NBR 15.653-5, foram considerados os seguintes critérios:

- O atendimento a cada exigência do grau I terá 1 ponto; do grau II, 2 pontos; e do grau III, 3 pontos.
- O enquadramento global do laudo considerou a soma de pontos obtidos para o conjunto de itens, atendendo a tabela 2.

Tabela 2 – Enquadramento segundo seu grau de fundamentação, para avaliação de máquinas, equipamentos ou instalações isoladas

Graus	III	II	I
Pontos mínimos	10	6	4
Restrições	Todos os itens no mínimo no grau II	Itens 2 e 4 no mínimo no grau II e os demais no mínimo no grau I	Todos os itens no mínimo no grau I

O grau de agregação do presente laudo considerou as máquinas, equipamentos e instalações isoladas para avaliação. Foram coletadas informações relativas aos itens principais e secundários, bem como suas condições de manutenção e suas principais características.

6. PREMISSAS E LIMITES DO ESCOPO

A metodologia de avaliação patrimonial empregada neste trabalho é amparada nas mais recentes normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e ASA – American Society of Appraisers, que disciplinam conceitos, estabelecem os critérios a serem empregados em trabalhos de avaliação patrimonial, definem os métodos para determinação dos valores e visam os graus de fundamentação das avaliações, entre outras prescrições.

Ressaltamos, ainda, que todas as atividades relacionadas à avaliação patrimonial foram desenvolvidas por profissionais tecnicamente habilitados nas respectivas modalidades de engenharia, atendendo ao disposto nas Leis 5.194 (24/12/1966) e 8.708 (set/1990) e nas Resoluções 218 (29/06/1973) e 345 (jul/1990) do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

Não foram avaliados e analisados neste trabalho, os seguintes ativos:

- Ativos sem substância física, como Marcas, Patentes, Carteira de Clientes, softwares, dentre outros de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 4 – Ativo Intangível;
- Itens de almoxarifado classificados como Estoques de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 16 - Estoques;
- Benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros.

A documentação fornecida pela contratante utilizada na elaboração do presente Laudo, relação de ativos do imobilizado, é considerada por nós como fidedigna.

7. RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Os bens do ativo imobilizado de propriedade das empresas citadas foram avaliados conforme objetivo, premissas e ressalvas descritos anteriormente e apresentam, na data base de **Março de 2021**, Valores de Reposição e Mercado conforme quadro abaixo, considerando-os livres de quaisquer ônus ou outros gravames.

RESUMO DOS VALORES

VALOR DE MERCADO – VM

VALOR DE LIQUIDAÇÃO FORÇADA – VLF

VM – R\$ 8.670.000,00

(oito milhões, seiscentos e setenta mil reais)

VLF – R\$ 6.069.000,00

(seis milhões e sessenta e nove mil reais)

A **ACTUAL INTELIGÊNCIA** se responsabiliza pela manutenção do mais absoluto sigilo com relação às informações que venha a conhecer por ocasião da execução dos serviços.

Salienta-se que os valores e resultados desta avaliação devem ser perfeitamente compreendidos e utilizados para a finalidade à que se propõem.

8. ENCERRAMENTO

Este Laudo que consta de 16 (dezesesseis) folhas foi redigido impresso e rubricado, sendo que esta última folha está datada e assinada.

O presente laudo apresenta as reais condições dos bens, conforme vistoria efetuada.

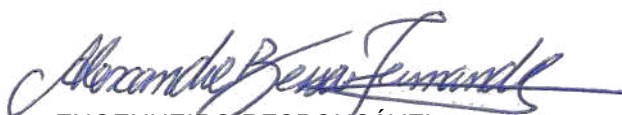
Em anexo:

I – Listagem dos Bens.


No anseio de termos atingido as expectativas de V.Sas., colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.


Atenciosamente,

São José dos Campos, 26 de Abril de 2021.


ENGENHEIRO RESPONSÁVEL
ALEXANDRE BESSA FERNANDES
CREA-SP 5069652859


ACTUAL INTELIGÊNCIA
CREA-SP 2048780


MARIO SERGIO CARDIM NETO
ECONOMISTA
CORECON n.º 3941 - 2a. Região – SP


MARIO SERGIO M.B. CARDIM
ENGENHEIRO MECÂNICO
CREA-SP 5061894681

I – LISTAGEM DE BENS

Listagem de Bens e Ativos - Cerealista Rosalito - Filial Uruguaiana

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR DE MERCADO	VALOR DE LIQUIDAÇÃO FORÇADA
1	Transformador sede (todos)	R\$ 210.000,00	R\$ 147.000,00
2	Caixa D'água + Rede de água e incêndio	R\$ 176.000,00	R\$ 123.200,00
3	04 Silos Metálicos	R\$ 3.300.000,00	R\$ 2.310.000,00
4	09 Silos Pulmão 2.500 sacas	R\$ 660.000,00	R\$ 462.000,00
5	01 Secador de 1.000 sacas CASP + 03 Secadores Colsedd	R\$ 3.871.000,00	R\$ 2.709.700,00
6	04 Unidades de Pré Limpeza CASP	R\$ 156.000,00	R\$ 109.200,00
7	Balança Ferroviária	R\$ 60.000,00	R\$ 42.000,00
8	Balança Ferroviária	R\$ 53.000,00	R\$ 37.100,00
9	04 Silos Metálicos Elevados	R\$ 150.000,00	R\$ 105.000,00
10	Central de Gás com 06 cilindros	R\$ 34.000,00	R\$ 23.800,00
		R\$ 8.670.000,00	R\$ 6.069.000,00